DEPUTADA FEDERAL FERNANDA MELCHIONNA

NADA É MELHOR DO QUE TODOS NÓS JUNTOS!

BALANÇO DO MANDATO 2019 - 2022

SUMÁRIO

Ninguém é melhor do que todos nós juntos!.....4
Quem é Fernanda Melchionna.....8
Mandato em números.....16
Leis.....17
A política que o dinheiro não compra e sem privilégios.....20
Mandato feminista contra um governo machista.....22
Mandato popular: para ajudar na auto-organização e melhorar a vida do povo.....25
Em defesa dos direitos humanos e das liberdades democráticas.....29
A juventude quer sonhar e viver: defesa da educação e contra a precarização da vida.....33
Contra o exterminador do futuro e em defesa da nossa biodiversidade.....36
Servidor público, fica! Bolsonaro, sai!.....40
Defender o livro contra a marcha obscurantista de Bolsonaro...44
Contra a censura e pela valorização da cultura popular!.....46
Resistir para derrotar o projeto LGBTfóbico de Bolsonaro!.....49
Por uma sociedade livre do racismo. Vidas negras importam!.....52
Contra o projeto neoliberal de leite e em defesa do patrimônio gaúcho.....53
Outros projetos e iniciativas.....59
Emendas parlamentares.....65

CRÉDITOS

AUTORES(AS)

Gabriel Galli, Hugo Scotte, Leonardo Gam, Lorena Duarte, Paola Rodrigues, Renata Carrero, Ricardo German e Tássia Lopes

REVISÃO

Renata Carrero e Carina Kunze

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fran Lasevitch e Paola Rodrigues

FOTO DA CAPA

Guilherme Santos

MANDATO DEP. FEDERAL FERNANDA MELCHIONNA (PSOL/RS)

Email: dep.fernandamelchionna@camara.leg.br
Whatsapp: (51) 98925-0864

Gabinete | Brasília
Câmara dos Deputados - Gabinete 621 - Anexo IV - Brasília/DF | (61) 3215-5621

Gabinete | Porto Alegre
Rua Sofia Veloso, 71 - Cidade Baixa
(51) 3110-9150

NINGUÉM É MELHOR DO QUE TODOS NÓS JUNTOS!

Escrever um balanço de mandato que sintetize nossas lutas, projetos e atuação em tempos de enfrentamento ao governo Bolsonaro não é tarefa simples. Esse documento foi escrito a muitas mãos, sobretudo, pelos militantes da comunicação do nosso mandato, mas foi inspirado em todos, todas e todes que resistiram.

O Brasil vive uma das piores crises de sua história. Em todas as áreas vemos desmonte, abandono e devastação das poucas políticas públicas conquistadas anteriormente. Temos um conjunto de criminosos que habitam o Palácio do Planalto, ministros com o intuito claro de destruir as áreas que deveriam comandar um país que perdeu mais de 615 mil vidas para a Covid-19 e para o negacionismo atuante de Bolsonaro. Temos a fome que chega a 20 milhões de pessoas, a superexploração da classe trabalhadora, o arrocho salarial e a disparada dos preços de combustíveis, alimentos e gás de cozinha. A vida do povo está desesperadora e, infelizmente, o Brasil fez a experiência com um governo da extrema-direita da pior maneira possível: com dor, com luto, mas também com luta, solidariedade e resistência.

Sabíamos que Bolsonaro no poder significaria o aprofundamento da agenda econômica antipovo, com a tentativa

Guilherme Santos

permanente de fechar as liberdades democráticas conquistadas com a luta pelo fim da ditadura civil-militar. Claro que, de forma mentirosa e demagógica, a extrema-direita aproveitou a crise econômica, social e política do ciclo anterior, a falência dos partidos burgueses e suas representações, o vazio, deixado pela esquerda que governou, e se adaptou ao regime político, não mexendo nas estruturas de um país tão marcado pela ganância da casta política e da elite econômica, e, por outro lado, pela esquerda radical que, embora nascente e crescente como o PSOL, ainda não se forjou em uma esquerda com influência de massas amplamente enraizada no povo. Dessa forma, parecido com o que fez Trump nos EUA, fortemente ajudado pelos ideólogos do trumpismo, Bolsonaro se vendeu como alguém de fora do sistema. Um setor do movimento de massas comprou gato por lebre, votou contra seus próprios interesses e elegeu o filho mais decadente desse sistema político apodrecido. Os defensores da ditadura civil-militar, o ruralismo atrasado, os lgbtfóbicos, os machistas e racistas, há tempos incomodados com nossas conquistas históricas, se organizaram politicamente para expressar a reação conservadora.

Quando veio a pandemia, o governo mostrou sua face mais mesquinha, negando a ciência e ajudando a proliferação do vírus. Certamente, um dia Bolsonaro será condenado pelos crimes contra a humanidade que cometeu, pelo genocídio do povo, e, sobretudo, dos indígenas, pelas mentiras, pelas fake news que custaram tantas vidas no nosso país. Mas não nos interessa apenas uma condenação daqui a 10 anos. Precisamos dar um basta já nesse criminoso e no exército de delinqüentes que o cercam e o bajulam. Sempre é difícil escrever a luz da história do tempo presente, ou seja, naqueles momentos que ainda não tem seu desfecho e, para tê-lo, ainda dependem da nossa atuação. O que não pode faltar é audácia, ousadia e capacidade crítica para ver e ajudar a escrever essa história.

"O QUE NÃO PODE FALTAR É AUDÁCIA, OUSADIA E CAPACIDADE CRÍTICA PARA VER E AJUDAR A ESCREVER ESSA HISTÓRIA."

Audácia que não nos faltou quando boa parte da esquerda ainda não estava convencida de que era preciso impedir Bolsonaro e, ainda assim, reunimos 1 milhão de assinaturas pelo impeachment em março de 2020, mostrando que já era o momento de pará-lo. Ousadia para chamar o povo a ocupar as ruas, porque quando o governo é mais letal que o vírus é preciso derrotá-lo, como fizemos em todos os momentos que o movimento de massas entrou em ação. Capacidade de análise também não nos faltou para ver as mudanças no mundo, como o movimento negro que derrotou Trump nos EUA, os camponeses que derrotaram o golpe na Bolívia, o movimento gigante que impulsionou a emergência de um nova esquerda no Chile, que se propõe a derrotar a Constituição de Pinochet e esteve mobilizada para derrotar Kast (o Bolsonaro chileno) nas eleições. Sem contar a derrota eleitoral da direita na Argentina e a vitória

feminista naquele país, mobilizações no Paraguai, o ascenso na Colômbia, só parado com uma repressão brutal do governo reacionário.

É verdade que o mar da história está agitado e seguirá assim, mas com a crise do capitalismo temos mais polarização e resistência, sobretudo das mulheres, negros e negras e jovens. No Brasil, tivemos o #EleNão ainda em 2018, a maior manifestação feminista da nossa história, que embora não tenha conseguido derrotar Bolsonaro garantiu, junto com o povo nordestino, a existência de um segundo turno nas eleições; tivemos o #TsunamiDaEducação, em maio de 2019, quando os estudantes derrotaram os cortes de verbas de Bolsonaro e Weintraub, mas acima de tudo, colocaram a bola no meio do campo, garantindo que muitas liberdades democráticas não fossem atacadas pela extrema-direita. Tivemos mobilizações pelo #ForaBolsonaro que começaram a eclodir em 29 de maio quando, de novo, estivemos na linha de frente dizendo "é hora de ir às ruas". Atos que mostraram uma vanguarda social antiBolsonaro com mais de 1 milhão de pessoas ativas. Verdade que ainda foram insuficientes para derrotá-lo, era preciso ainda mais gente, mais atos. Afinal, a burguesia brasileira seguiu aceitando como normal um governo de criminosos porque tem interesse na agenda antipovo de Paulo Guedes e Bolsonato. Um setor da própria esquerda, como o PT, prefere levar essa disputa para o calendário eleitoral, o que é um risco gigante para o país.

"ELES QUEREM A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA DOS DE CIMA SEM AS LIBERDADES DOS DE BAIXO PARA LUTAR. ATÉ AGORA, NÃO CONSEGUIRAM. E ESTOU CONVENCIDA DE QUE NÃO CONSEGUIRÃO. ESSA LUTA SEGUE SENDO A LUTA DAS NOSSAS VIDAS, DA NOSSA GERAÇÃO."

Mais do que pensar nos 'afinais', e são muitos, precisamos seguir apostando nossas fichas na tarefa zero, que é derrotar Bolsonaro, sabendo que a luta contra o bolsonarismo será mais longa e muito necessária. Ao mesmo tempo em que enfrentamos a extrema-direita, é preciso manter a capacidade de lutar por um programa independente e anticapitalista que vá à raiz dos problemas, defendendo não só a manutenção, mas também a ampliação das liberdades democráticas, e que proponha uma revolução econômica que enfrente o sistema financeiro, com taxação de grandes fortunas, revogação das medidas antipovo de Temer e Bolsonaro, reforma agrária radical para matar a fome do povo e baratear alimentos, que conecte com centralidade a luta das mulheres, dos negros e negras, dos LGBTI+, dos indígenas, com a revolução das estruturas econômicas e sociais que sempre condenaram nosso povo à superexploração, opressão e violência do Estado contra a ampla maioria do povo. Disso depende o nosso futuro e, inclusive, o futuro do planeta em tempos de emergência climática. Disso depende também a possibilidade de evitar novas extremas-direitas que podem seguir se alimentando das crises que eles ajudaram a produzir como defendores do capitalismo. Mas vale ressaltar: eles querem a exploração capitalista dos de

cima sem as liberdades dos de baixo para lutar. Até agora, não conseguiram. E estou convencida de que não conseguirão. Essa luta segue sendo a luta das nossas vidas, da nossa geração.

Poderia nesse texto falar como foi construir o PSOL junto com Luciana Genro, Roberto Robaina, Pedro Ruas e tantos outros e como essa acumulação junto com o #EleNão nos levou à Câmara dos Deputados em um momento ímpar, enfrentando a extrema-direita e o centrão fisiológico, como foi ser líder do PSOL e compor uma bancada tão aguerrida no início da pandemia, as noites não dormidas, a angústia de ver os deliquentes atuando pró-vírus, como foi lutar pela mais ampla unidade de ação mantendo a independência política e os princípios que nos norteam, ver pessoas morrerem, a maioria negras e nas periferias, vítimas do coronavírus, do Bolsonaro e do sistema, assim como o sofrimento dos indígenas enfrentando o garimpo em sua ganância. São muitas dores, muitas lutas, muita aprendizagem. **Mas prefiro escrever sobre a solidariedade que vi nas periferias, sobre a rebeldia das mulheres que não se dobraram majoritariamente a Bolsonaro, sobre a garra da juventude, a força dos indígenas que resistem há 522 anos e seguem lutando, a força do movimento antirracista, a comunidade LGBTI+ que segue em luta, os servidores públicos que durante nove meses resistiram e derrotaram, por ora, a PEC 32, a coragem da classe artística, que foi profundamente atingida pela pandemia e ainda assim segue criando e denunciando a censura, o autoritarismo e o desmonte da cultura provocado por Bolsonaro, sobre a garra dos profissionais da saúde que, entre tantas dores , salvaram tantas vidas.**

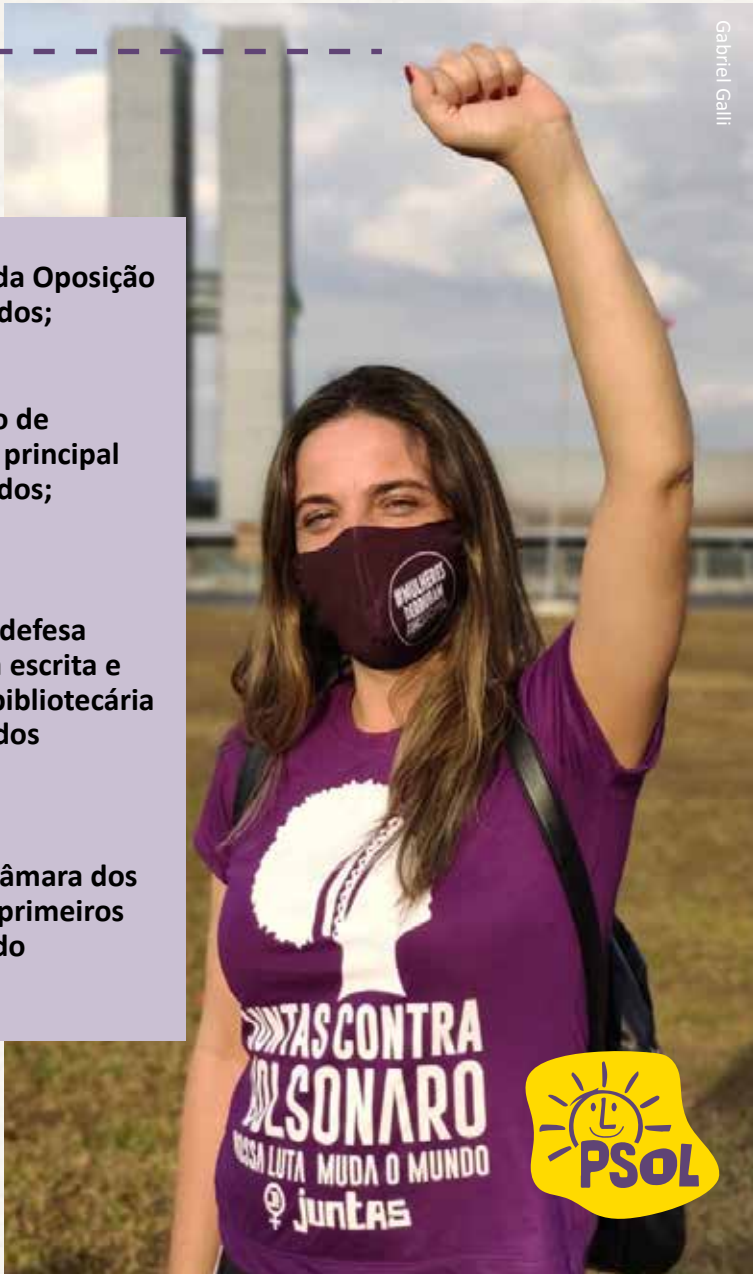
É fato que o trauma da Covid-19 e de Bolsonaro são e serão longos, mas prefiro sempre me inspirar em quem lutou em circunstâncias piores e deixaram o seu legado para nós. Segue sendo nossa vez, segue sendo nossa hora. Que estejamos à altura dos desafios. Te desejo mais que uma boa leitura, desejo que esse balanço seja um convite para lutar cosnoco. **Ninguém é melhor que todos nós juntos! Vem com a gente!**

FERNANDA MELCHIONNA

Filipe Carvalho

FERNANDA MELCHIONNA

DEPUTADA FEDERAL (PSOL/RS)



Gabriel Galli

- Vice-líder do PSOL e da Oposição na Câmara dos Deputados;
- Membro da Comissão de Constituição e Justiça - principal da Câmara dos Deputados;
- Presidente da Frente Parlamentar Mista em defesa do livro, da leitura e da escrita e primeira parlamentar bibliotecária da história da Câmara dos Deputados;
- Ex-líder do PSOL na Câmara dos Deputados durante os primeiros 8 meses da pandemia do coronavírus.

Marino Mondek

#ELENÃO: O MAIOR PROTESTO FEMINISTA DA HISTÓRIA

Durante as eleições de 2018, Fernanda participou ativamente dos protestos pela não eleição de Bolsonaro. Em todo RS, ajudou a impulsionar a construção de comitês amplos pelo #EleNão. Fernanda foi eleita com 114.302 votos a deputada federal mulher mais bem votada de todo o RS, com votação em 460 municípios do Estado.

Bruna Menezes/PSOL na Câmara

GUERREIRA CONTRA AS REFORMAS ANTIPOVO E PRIVATIZAÇÃO DAS EMPRESAS PÚBLICAS

A luta contra a Reforma da Previdência foi a primeira batalha do mandato contra o governo, que aumentou o tempo de trabalho para aposentadoria do povo e reduziu o valor do benefício, atingindo principalmente as mulheres. Fernanda não abdicou de lutar contra a privatização dos Correios e demais empresas públicas, como o GHC, a Trensurb e o Hospital de Clínicas.

FERNANDA ABRE MÃO DE APOSENTADORIA ESPECIAL E PROPÕE REDUÇÃO DO PRÓPRIO SALÁRIO

RBS BRASÍLIA

GAÚCHAZH
Veja outras colunas em gauchazh.com/carolinabahia

Carolina Bahia
carolina.bahia@gruporbs.com.br
@Carolina_Bahia

TETO

A deputada **Fernanda Melchionna** (PSOL-RS) abriu mão de participar do regime de previdência da Câmara. Com dois mandatos, a parlamentar já teria direito a receber, quando se aposentar, valor acima do teto do INSS.

– Eu acho que é um escândalo ganhar acima do teto do INSS como se tu fosses privilegiado – declarou Melchionna.

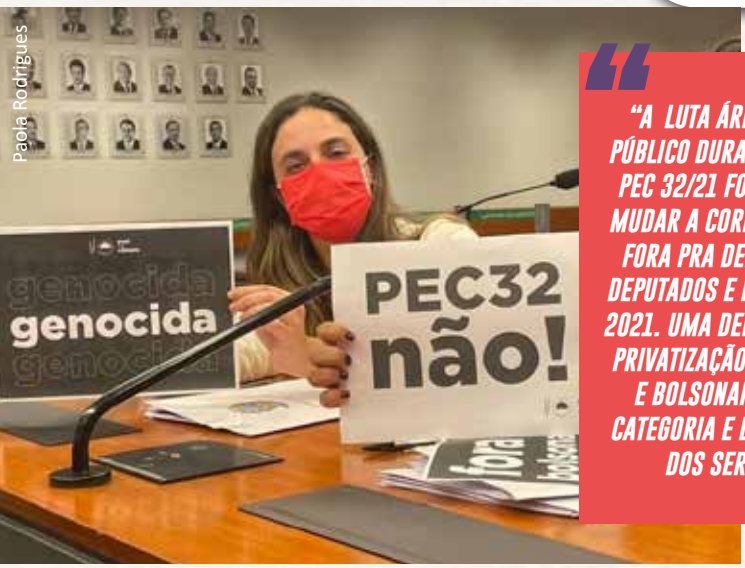
A deputada foi escolhida ontem vice-líder do PSOL na Câmara.

Colaborou Silvana Pires

Fernanda abriu mão da Previdência Especial dos Deputados, mantendo sua aposentadoria pelo INSS como todos os trabalhadores. Além disso, propôs um projeto para reduzir o salário de Bolsonaro, deputados e senadores em 50% para manter auxílio emergencial ao povo.

Fernanda Melchionna
@fernandapsol

Paulo Guedes diz que mantém a renda básica em 600 reais se os parlamentares cortarem a metade seus salários. Eu topo!
E vou além, exijo que se corte metade dos salários dos ministros, do vice e do presidente.



Paola Rodrigues

"A LUTA ÁRDUA DO FUNCIONALISMO PÚBLICO DURANTE 9 MESES CONTRA A PEC 32/21 FOI DETERMINANTE PARA MUDAR A CORRELAÇÃO DE FORÇAS DE FORA PRA DENTRO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS E IMPEDIR A VORAÇÃO EM 2021. UMA DERROTA PARA O PLANO DE PRIVATIZAÇÃO DO ESTADO DE GUEDES E BOLSONARO E UMA VITÓRIA DA CATEGORIA E DE QUEM MAIS PRECISA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS"

Bernardo Corrêa

Autora do pedido que reuniu 1 milhão de assinaturas pelo Impeachment de Bolsonaro

Fernanda liderou a luta pelo Impeachment de Bolsonaro, denunciando, em março de 2020, os diversos crimes de responsabilidade do genocida ao atentar contra as liberdades democráticas e não cumprir as medidas sanitárias na pandemia. O pedido de Impeachment reuniu, em 13 dias, 1 milhão de assinaturas. Fernanda é uma das signatárias também do Superpedido de impeachment de Bolsonaro, de 2021.

Fernanda Melchionna
@fernandapsol

Apresentei hoje pedido de impeachment do presidente junto com @samiabomfim, @davidmirandario, intelectuais e movimentos. Jair Bolsonaro não pode seguir na presidência do Brasil. Seu governo é um desastre e sua conduta irresponsável coloca o povo brasileiro em risco. Basta!

Derrotou o governo e garantiu o duplo auxílio emergencial (R$ 1.200) para as mães solo e chefes de família

Fernanda é autora da emenda do PSOL que garantiu o duplo benefício para as mães solo durante a pandemia, travando uma luta incansável para derrotar Bolsonaro e salvar vidas.

Pablo Rodrigues

Primeira Bibliotecária deputada federal e contra a taxação dos livros

Fernanda é presidente da Frente Parlamentar Mista em defesa do livro, da leitura e da escrita na Câmara dos Deputados e autora da emenda à Reforma Tributária para sustar a proposta de taxação, em 12%, dos livros no Brasil.

Lutadora incansável para defender os trabalhadores da saúde que salvam vidas

No período mais difícil da nossa história, Fernanda defendeu bravamente os profissionais da saúde, que colocaram sua vida em risco para salvar as nossas. Reivindicou mais que palmas aos trabalhadores, aprovando sua primeira lei, que prevê uma indenização aos familiares desses trabalhadores vitimados pela pandemia e aos que ficaram incapacitados por conta da COVID-19.

Bruna Menezes/PSOL na Câmara

A deputada mais atuante do Congresso na pauta das mudanças climáticas

Fernanda foi escolhida, entre 513 deputados, como a deputada mais atuante na luta contra a política antiambiental de Bolsonaro e Salles. O ranking foi feito pelo Observatório do Legislativo Brasileiro, da Uerj. Quando membro da Comissão de Meio Ambiente, nosso mandato apresentou mais de 120 denúncias, apuradas junto a servidores do ICMBio, Ibama e entidades da sociedade civil, ao Ministério Público Federal, que ajuizou uma ação pedindo afastamento de Ricardo Salles.

Bruna Menezes/PSOL na Câmara

Por uma nova política de preços da Petrobrás para baratear o gás, o diesel e a gasolina. Retomar os estoques públicos para baixar o preço dos alimentos!

Diante do alto custo de vida para as famílias brasileiras, Fernanda apresentou dois projetos de lei para criar uma política que possibilite a redução de preços de gasolina, diesel e gás de cozinha com base nos custos internos de produção da Petrobras. e para determinar utilização de estoques públicos para baixar o preço dos alimentos e assegurar soberania alimentar.

DEFENSORA DE UMA REVOLUÇÃO TRIBUTÁRIA. QUE OS RICOS PAGUEM A CONTA PÓS-PANDEMIA!

A política neoliberal de Guedes e Bolsonaro só precariza a vida dos trabalhadores e entrega ainda mais dinheiro do povo para pagamento da Dívida Pública e para os bancos. Não à toa o Brasil ganhou mais de 40 bilionários em 2021. **Fernanda defende a taxação das Grandes Fortunas para financiar políticas em benefício do povo.** Nosso mandato está na luta para propor a urgência de votação da regulamentação desse imposto - o único de competência da União que não foi regulamentado, apesar de previsto na Constituição Federal desde 1988.

É preciso que os super-ricos paguem a conta da crise e ajude no período pós-pandemia. **Fernanda é autora de um projeto criação de um programa de renda básica permanente para os mais vulneráveis, através da taxação dos ricaços**, revogação de isenções de imposto de renda sobre lucros e dividendos e aumento da contribuição social sobre o lucro líquido dos bancos.

SEMPRE AO LADO DA JUVENTUDE: TSUNAMI E LUTA CONTRA OS CORTES NA EDUCAÇÃO!

Paola Rodrigues

Fernanda participou ativamente de todos os protestos do #TsunamidaEducação contra o desmonte da Educação Pública e é autora da PEC 96/19 que proíbe os cortes no orçamento dos institutos e universidades federais.

TITULAR DA COMISSÃO ESPECIAL SOBRE PEC 11, QUE GARANTIU PISO SALARIAL DA ENFERMAGEM

Fernanda participou ativamente da comissão especial que analisou a Proposta de Emenda à Constituição 11/2022, que garantiu os pisos salariais profissionais nacionais para os enfermeiros, técnicos de Enfermagem, auxiliares de enfermagem e parteiras. A PEC insere na Constituição Federal os pisos salariais para essas categorias, trazendo segurança jurídica. A deputada apoiou a luta árdua dos movimentos sociais organizados e dos sindicatos, cuja mobilização foi decisiva para essa vitória.

AUTORA DA AÇÃO, EM CONJUNTO COM A BANCADA DO PSOL, APRESENTADA AO STF, QUE DERRUBOU O ORÇAMENTO SECRETO

O STF acatou a ADPF 854 do PSOL, que contestava a constitucionalidade do modelo atual de distribuição das emendas de relator, que ficou conhecido como "orçamento secreto". **"A decisão do STF derruba o maior esquema de corrupção da história do país e confirma o que o PSOL sempre denunciou: o orçamento secreto é um sistema de barganha político-partidário que garantiu base de apoio ao Centrão para aprovação de projetos contra os interesses do povo e garantiu a impunidade de Bolsonaro diante de diversos crimes cometidos."**

MANDATO EM NÚMEROS
(2019 - 2022)

7 LEIS
de autoria de Fernanda Melchionna

126 PROJETOS DE LEI
entre autoria e coautoria de Fernanda Melchionna

860 DISCURSOS
em plenário da Câmara Federal

1.475 INICIATIVAS LEGISLATIVAS
entre requerimentos, pedidos de informação e audiências

MAIS DE R$ 60 MILHÕES EM EMENDAS PARLAMENTARES
entre emendas individuais e de bancada

EMENDAS PARLAMENTARES são recursos do Orçamento Federal que cada um, dos 31 deputados federais do Rio Grande do Sul, tem direito a destinar para políticas públicas do Estado. Nosso mandato tem como princípio a destinação dos recursos para os locais que mais precisam e que visem auxiliar iniciativas e projetos construídos junto aos movimentos sociais e populares.

SAIBA MAIS SOBRE PROJETOS DE LEI E EMENDAS: **a partir da pág. 64.**

LEIS DA DEPUTADA FEDERAL FERNANDA MELCHIONNA

LEI 14297/2022

DIREITOS AOS ENTREGADORES DE APLICATIVO NA PANDEMIA:

Garantiu medidas de proteção social e saúde aos entregadores de aplicativo, como condições mais dignas de trabalho contra sua superexploração por parte de empresas que lucram cifras milionárias. (Originalmente sob o PL 1665/20).

LEI 14399/2022

ALDIR BLANC II - POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (COAUTORIA):

Cria uma política nacional permanente de f o - mento ao setor cultural brasileiro, executada de forma descentralizada, nos estados, municípios e Distrito Federal, com recursos federais. Os repasses anuais previstos serão em torno de R$ 3 bilhões da União para estados, Distrito Federal e municípios com o ações no setor cultural.

LEI 14128/21

MAIS QUE PALMAS AOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE:

Garante indenização de pelo menos R$ 50 mil a dependentes de profissionais e auxiliares da saúde incapacitados ou aos familiares de trabalhadores da saúde vítimas da Covid-19. Construído junto ao movimento Mais do Que Palmas, mobilizado pelo ator Gregório Duvivier e o Nossas. (O STF, acionado por Bolsonaro, já declarou a constitucionalidade da lei. A lei aguarda regulamentação para pagamento das indenizações.)

LEI 14171/21

PRIORIDADE DO AUXÍLIO EMERGENCIAL ÀS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA:

Garante prioridade à mulher provedora e chefe de família no recebimento do auxílio emergencial no valor de R$ 600. (Originalmente sob o PL 2508/20, vetado por Bolsonaro e o veto foi derrubado.)

Lei 4245/21

Mari Ferrer

Amplia a proteção às mulheres vítimas de violência sexual, tornando crime ofender ou constranger as vítimas em julgamento. O projeto foi proposto em alusão ao caso Mari Ferrer, que sofreu constrangimento em audiência pública quando do julgamento de seu caso de estupro e obriga juízes, promotores e advogados a zelar pela integridade física e psicológica tanto da vítima como de testemunhas, caso contrário, poderão responder civil, penal e administrativamente. (Originalmente sob o PL 5096/20)

Lei 14017/20

Aldir Blanc - Lei da Emergência Cultural:

Garante medidas emergenciais para o setor cultural de todo país na pandemia, destinando R$ 69,7 milhões para a cultura no RS. (Originalmente sob o PL 1075/20)

Lei 14021/20

Medidas urgentíssimas de apoio aos povos indígenas em razão da pandemia

Entre as medidas estão a disponibilização de água potável, sabão e álcool em gel para as populações indígenas; aplicação de quase R$ 2 bilhões em recursos para garantir profissionais de saúde, testes de coronavírus e outras medidas e adequação das Casas de Apoio à Saúde Indígena (CASAIS) para as necessidades emergenciais em função da COVID-19. A lei também garante medicamentos e equipamentos de proteção individual. (Originalmente sob o PL 1142/20)

QUEM MANDOU MATAR MARIELLE FRANCO?
JUSTIÇA POR MARIELLE E ANDERSON GOMES!

A POLÍTICA QUE O DINHEIRO NÃO COMPRA E SEM PRIVILÉGIOS

O governo Bolsonaro, que disse que iria acabar com a mamata, iniciou sua gestão já mergulhado em escândalos de corrupção: desde o Laranjal do PSL, Caso Queiroz, até o recente esquema do orçamento secreto (barrado pelo STF), comandado por Arthur Lira, que tem garantido, com a compra de votos através de liberação de emendas de relator, a impunidade presidencial e aprovação de projetos antipovo.

Além disso, gastos com cartão corporativo, jantar com picanha cara e uso da estrutura pública para fins particulares mostram que o governo sempre esteve de costas para o povo. **O PSOL, partido com histórico de combate à corrupção e que nunca se vendeu e se rendeu à lógica do toma lá, dá cá da política tradicional brasileira, denunciou fortemente o governo criminoso e os privilégios dos políticos.**

Reduzir o abismo que existe entre Brasília e o Brasil significa devolver o poder ao povo, criando mecanismos reais para aumentar a participação popular. Política não é carreira e não pode ser somente para os engravatados. Nosso mandato segue lutando contra esse sistema político montado para manter os privilégios de grandes políticos, a impunidade dos corruptos, como Bolsonaro, e o poder nas mãos das elites econômicas, como faz Paulo Guedes,

Bruna Menezes/PSOL na Câmara

Fernanda denunciou o Laranjal do PSL, esquema coordenado pelo ex-Ministro do Turismo de Bolsonaro, que desviava dinheiro do fundo partidário que deveria ser usado para incentivar a participação de mulheres na política, para empresas ligadas a seus assessores.

que legisla visando seus próprios interesses e transforma os direitos do povo em mercadoria.

Projeto para acabar com o auxílio-moradia para deputados que possuem residência própria em Brasília.

É inadmissível tamanho gasto público com parlamentares que já têm salários muito acima da média da população enquanto o povo sofre com os baixos salários e o Brasil figura com um déficit habitacional de milhões de pessoas que não têm onde morar.

Fernanda abriu mão da Previdência Especial dos Deputados.

É um escândalo aumentar o tempo de aposentadoria para o povo, com a Reforma nefasta da Previdência, e manter tamanho privilégio para os políticos.

Apresentamos um projeto para reduzir o salário de Bolsonaro, deputados e senadores em 50%.

A iniciativa buscava colocar parte dos salários dos políticos à disposição para garantir a prorrogação do auxílio emergencial a quem mais precisava no primeiro ano da pandemia.

Ação do PSOL no STF suspendeu o "orçamento secreto" do governo Bolsonaro.

Em dezembro de 2022, por conta de uma ação do PSOL, o Supremo Tribunal Federal derrubou os repasses parlamentares feitos por meio de emendas do relator, através do orçamento secreto. Além de inconstitucional e ilegal, o esquema é o que garante a base alugada do governo na Câmara pra aprovar projetos antipovo e garantir uma maioria fisiológica ao governo criminoso.

Denúncia do PSOL ao TCU sobre a compra de votos para aprovação da PEC dos Precatórios.

A iniciativa pedia a investigação da liberação de R$ 1,2 bilhão do orçamento secreto para ser usado como moeda de troca para a aprovação da PEC dos precatórios. Aprovada com voto contrário do PSOL, a PEC do Calote não era necessária para o pagamento do Auxílio Brasil: bastaria revogar o teto de gastos que os recursos estariam disponíveis.

CPI para investigar empresas de Paulo Guedes em paraíso fiscal.

O PSOL propôs a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as empresas "offshores" do Ministro da Economia em paraísos fiscais. Paulo Guedes lucrava milhões de dólares com a disparada da inflação e a alta do preço do dólar em benefício de seus rendimentos.

Representação ao MPF contra Jair Bolsonaro por propaganda eleitoral antecipada nas centenas de motociatas.

Fernanda também enviou um pedido de informação ao Ministério da Justiça, à Presidência da República, ao estado e município do RJ questionando o valor total gasto com a operação para garantir a segurança do presidente Bolsonaro em sua motociata. É escandaloso que Bolsonaro gaste dinheiro público dessa forma no momento em que o povo está passando fome.

Mandato feminista contra um governo machista

A resistência feminista na Câmara foi imprescindível para fazer frente ao machistério de Bolsonaro e sua política de ataque aos direitos femininos e aprofundamento da desigualdade de gênero e das violências (doméstica, sexual, institucional, política) contra as mulheres. **Fernanda lutou arduamente contra a Reforma da Previdência, que aumentou o tempo de aposentadoria para o povo, prejudicando principalmente as mulheres negras e moradoras das periferias.** Mesmo com a representatividade das mulheres na Câmara de apenas 15%, foram muitas também as ameaças da bancada bolsonarista às leis de estímulo à participação das mulheres na política. Votamos contra a anistia dada aos partidos políticos que não cumpriram o investimento mínimo do fundo partidário para incentivar a participação das mulheres na política e conseguimos derrotar o chamado Distritão, proposto no Código Eleitoral, e que prejudicaria a candidatura de mulheres, negritude, LGBTs e diversas minorias para beneficiar os candidatos figurões com grandes orçamentos. **Hoje, o PSOL é o único partido com maioria de mulheres na bancada federal.**

A frase "Não basta ser mulher, tem que estar do lado certo" nunca fez tanto sentido com uma Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, como Damares Alves, que sempre atuou para atacar a política de educação sexual nas escolas, essencial para educar para

Hugo Scotte

Protesto pelo Dia Internacional da Mulher em Porto Alegre e luta por justiça por Marielle Franco e Anderson Gomes.

diversidade, prevenir abusos sexuais e combater violência de gênero, e os programas de promoção à saúde sexual e reprodutiva das mulheres. Um governo que reduziu drasticamente o investimento em políticas de combate à violência de gênero, também na pandemia, e atuou para reforçar estereótipos de uma cultura machista e violenta, despreza a vida da população feminina. Por isso, Fernanda encabeçou iniciativas para ampliar a proteção de mulheres vítimas de violência sexual.

Outro tema que afeta a vida das mulheres é a sobrecarga de trabalho com a jornada tripla, com os cuidados da casa e filhos, uma vez que o trabalho doméstico é relegado como feminino. Por isso, seguindo o entendimento de que o feminismo não é o contrário do machismo, mas um movimento social, político e filosófico que luta pela igualdade entre os gêneros, nosso mandato apresentou diversas iniciativas para mitigar os efeitos da desigualdade de gênero no cotidiano das mulheres, que ficaram mais sobrecarregadas e vulnerabilizadas por conta do isolamento social e *homeoffice* durante a pandemia.

PSOL pede explicação sobre Laranjal do PSL.

O PSOL protocolou um requerimento de informação convocando o ex-Ministro do Turismo para dar explicação sobre o desvio de dinheiro público do fundo eleitoral para usurpar o direito conquistado pelas mulheres de estímulo à participação feminina na política. O escândalo ficou conhecido como Laranjal do PSL.

Fernanda presidiu a Subcomissão da Seguridade Social da Mulher.

A subcomissão foi a primeira com recorte de gênero dentro da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara Federal. O relatório apresentou dados que mostram os impactos negativos da Reforma da Previdência na vida das mulheres. A população feminina é a que recebe os menores salários em relação aos homens, é a maioria na informalidade e nas taxas de desemprego. As mulheres foram as mais prejudicadas com o aumento do tempo de contribuição, com a redução do valor das pensões por morte, da aposentadoria por invalidez e dos

Câmara dos Deputados

Em seu discurso final no dia da aprovação da nefasta Reforma da Previdência, Fernanda denunciou o governo machista de Bolsonaro, cuja reforma penalizou duramente as mulheres brasileiras, com destaque para a ampla categoria de professoras, aumentando o tempo para aposentadoria.

A pandemia não tocou as mulheres igualmente: as negras e de baixa renda foram as mais afetadas e, por isso, a emenda que garantiu o duplo valor do benefício (R$1.200) às mães solo e chefes de família, de autoria de Fernanda, foi uma grande conquista contra Bolsonaro, que nem o auxílio emergencial queria pagar.

benefícios da assistência social da reforma antipovo de Bolsonaro.

TRABALHO IGUAL, SALÁRIO IGUAL!

Apresentamos um projeto de lei com objetivo de criar uma ferramenta que mitigue a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, através da criação de um Programa Nacional de Igualdade de Gênero nas relações salariais e de trabalho e do selo Empresa Machista.

PRIORIDADE DO AUXÍLIO EMERGENCIAL ÀS MULHERES!

Apresentamos dois projetos, elaborados junto à antropóloga Debora Diniz, para dar prioridade às mães solo e chefes de família no acesso ao auxílio emergencial e garantir a prorrogação do benefício por 12 meses a essas mulheres. O retorno das mulheres mais vulneráveis ao mercado de trabalho precisa ser garantido pelo Estado. O número de mulheres desempregadas e que desistiram de procurar emprego passou a ser o maior em 30 anos.

AMPLIAÇÃO DA DIVULGAÇÃO DO DISQUE 180 NA PANDEMIA.

Fernanda apresentou um projeto que prevê ampliação e divulgação do Disque 180 para denúncia de violência contra mulheres na pandemia.

MEDIDAS PARA ABRIGAR MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA.

Nosso mandato apresentou, em co-autoria com Sâmia Bomfim e demais parlamentares do PSOL, um projeto que garante ações para o abrigamento de mulheres em situação de violência doméstica durante a pandemia.

ESTATUTO DO ESTUPRADOR, NÃO!

Lutamos contra a aprovação do projeto de lei que cria o Estatuto do Nascituro, criminalizando o aborto legal e seguro em todos os casos em que hoje, por lei, é legalizado no Brasil. O PL obriga as mulheres e meninas a seguirem com gestações que colocam em risco sua própria vida, punindo as vítimas de violência sexual ao invés de punir o estuprador.

Bruna Menezes

MANDATO POPULAR: PARA AJUDAR NA AUTO-ORGANIZAÇÃO E MELHORAR A VIDA DO POVO

Com a alta nos preços dos combustíveis, do dólar e com a inflação batendo a casa dos dois dígitos, impactando no aumento dos custos de itens básicos como alimentos, água, luz e aluguel, o brasileiro viu o seu poder de compra despencar. Quando a retirada da dignidade do povo é projeto de um governo, a precarização das condições de sobrevivência e a fome aparecem como suas faces mais cruéis.

A política econômica ultraliberal implementada por Bolsonaro e Guedes tem deixado o povo a sua própria sorte. Fechamos 2021 com cerca de 20 milhões de brasileiros sem ter o que comer e mais da metade da população em situação de insegurança alimentar. Andando pelas ruas das nossas cidades, é fácil perceber o aumento do número de pessoas vivendo em situação de rua, inclusive crianças sofrendo com a falta de abrigamento. Para Bolsonaro e seus aliados, quanto maior a penúria do povo, melhor para os seus negócios.

Nosso mandato se colocou como um instrumento para garantir condições dignas de sobrevivência para aqueles que mais precisam, para aqueles que sofrem com a fome, com precarização das condições de trabalho, com o aumento da informalidade, com o desemprego em taxas recordes, com o desalento e com a ausência de soluções de moradia e de acesso à terra e ao território. Nesse momento em que a pandemia também agravou a crise econômica e deixou exposta a fratura da desigualdade, se faz ainda mais importante a solidariedade e a auto-organização popular.

Louise Pierosan

A região metropolitana foi muito atingida pela pandemia. Estivemos junto aos trabalhadores dos diversos polos industriais, como de Gravataí e Canoas, e apoiando as lutas pela manutenção de emprego e renda. Combatemos em conjunto com nossos apoiadores o espólio praticado pelas empresas de ônibus, como Soul, Sogil, Viamão, Sogal, que seguem sua sanha pelo lucro com a anuência dos governos locais. Estivemos também nas organizações dos atos pelo Fora Bolsonaro, na luta por moradia em apoio a FNL, que realizou sua primeira ocupação no estado, em Sapucaia do Sul. Apoiamos as iniciativas de Educação Popular e solidariedade ativa da rede Emancipa, com presença nas cidades de Gravataí, Cachoeirinha, Canoas e Novo Hamburgo.

Louise Pierosan

QUEM TEM FOME, TEM PRESSA!

Diante da pandemia, vimos nosso povo se organizar através de ações solidárias de arrecadação e distribuição de alimentos, mas isso nos escancarou um outro problema: não só a diminuição da renda das famílias, que estava levando as pessoas à fome, mas também o elevado custo do gás de cozinha, que estava impossibilitando o preparo de suas refeições. Apoiamos ativamente iniciativas como a da Associação Feira Rua da Praia (Asferap), que, em parceria com o Conselho Regional pela Moradia Popular (CRMP) e o Projeto Sopão, organizaram uma campanha de arrecadação e idealizaram a construção de cozinhas comunitárias com fogão à lenha em três ocupações de Porto Alegre: na Ocupação Jardim Império, na Ocupação São Luiz, ambas na zona norte da capital, e na ocupação Vida Nova (ainda em fase de conclusão), na zona sul da cidade.

Da Petrobrás para baixar o preço da gasolina, do gás de cozinha e do diesel.

Fernanda apresentou junto à bancada do PSOL na Câmara Federal um projeto de lei que propõe substituir o atual modelo de precificação da gasolina, do diesel e do gás de cozinha praticado pela Petrobrás, modelo que, lastreado no dólar e no preço de paridade de importação, tem levado os preços dos combustíveis às alturas. Com a proposta, o valor do litro da gasolina e do diesel passariam para R$ 4,52 e R$ 3,73, respectivamente, e o valor do botijão de cozinha passaria para R$ 67,79.

Garantia de direitos para os trabalhadores de aplicativos.

Fernanda foi parte da luta para criar a Frente Parlamentar em defesa dos trabalhadores de aplicativos na Câmara dos Deputados, e juntamente com o deputado Ivan Valente (PSOL/SP), aprovou o PL 1665/20 que assegura medidas de proteção social e saúde aos entregadores de aplicativos, garantindo condições mais dignas de trabalho contra sua superexploração por parte de empresas que lucram cifras milionárias. O projeto foi aprovado pelo Senado e sancionando.

Em defesa da Associação dos Amigos da Comunidade Cabo Rocha.

Respondendo a uma demanda da comunidade, nosso mandato ajudou a intermediar reuniões com a Secretaria de Administração e Patrimônio do município e com a superintendência da Polícia Federal para garantir o reconhecimento da função social, a cedência e a posse de área utilizada para o desenvolvimento de importantes projetos sociais na comunidade Cabo Rocha. A área havia sido cedida pelo município à Polícia Federal e a comunidade estava sendo ameaçada de reintegração de posse. Com a segurança da posse garantida, a área poderá ser regularizada e atenderá diversas comunidades da região do centro da cidade.

Despejo Zero durante a pandemia!

STF acatou ação do PSOL contra reintegração de posse e despejos durante a pandemia e prolongou o prazo até outubro de 2022. Nosso mandato entrou com uma ação no STF, junto aos deputados do PSOL, para que fossem suspensas, em todo o Brasil, decisões judiciais que ordenassem desocupações, reintegrações de posse ou despejos enquanto perdurasse o estado de calamidade pública promovido pela pandemia. Como consequência direta da ação, o STF também determinou que os tribunais que tratam de casos de reintegração de posse instalem comissões para mediar eventuais despejos antes de qualquer decisão judicial.

Direito à moradia digna para as famílias da Ilha Pavão!

Lutamos junto às 41 famílias da Ilha

do Pavão, cujas moradias foram demolidas ilegalmente em 2017, pela garantia de uma indenização por parte do Estado pelas suas casas. A mobilização das famílias que acamparam durante dias em frente à Prefeitura de Porto Alegre, junto à luta jurídica, foi fundamental para garantir o avanço no processo judicial, que já se arrastava por quatro anos. Em Brasília, Fernanda reuniu-se com o Ministro da Cidadania e, na capital gaúcha, ao lado de Roberto Robaina, com a Prefeitura, para garantir que os dois entes se responsabilizassem em pagar parte do valor das casas.

Moradia digna para as famílias da Ocupação Sementes de Marielle.

O movimento, organizado pela Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL), reivindica a regularização fundiária da ocupação Sementes de Marielle, em Sapucaia do Sul. Constituída por mais de 150 famílias, a ocupação exige reconhecimento por parte do Estado do pertencimento desta comunidade, o acesso a todos os serviços públicos que estão sendo negados há anos, inclusive, o direito à energia elétrica, e a extinção da reintegração de posse.

Regularizar a terra para garantir o direito à moradia às famílias do Residencial Marielle.

Nosso mandato esteve junto na luta aos moradores do residencial Marielle Franco, em Sapucaia do Sul, na luta por moradia digna. Destinamos também, via emenda parlamentar, R$ 500 mil para contribuir com a regularização da área. São cerca de 350 famílias que ocupam o lugar desde 2015 e ainda correm o risco de reintegração de posse. O processo de regularização fundiária exige a realização de ações como topografia, pavimentação e regularização da iluminação, que poderão ser efetuadas a partir da emenda.

Hugo Scotte

Marcha da Frente Nacional de Luta no Centro de Porto Alegre em defesa da ocupação Sementes de Marielle e por políticas públicas concretas de garantia de moradia, comida e trabalho.

Em defesa dos direitos humanos e das liberdades democráticas

É intrínseco a qualquer governo autoritário, como o de Bolsonaro, a violação aos direitos humanos e as recorrentes ameaças às liberdades democráticas. A gestão desse governo está marcada pela ausência de políticas públicas e negação de direitos a grupos específicos e mais vulneráveis, como as mulheres, a negritude, LGBTIs, indígenas, imigrantes, apenados, pelos ataques cotidianos à imprensa, pelo revisionismo histórico e pelo projeto de morte, que na pandemia, levou a mais de 600 mil vidas perdidas no país.

Como um aceno à sua base de extrema-direita autoritária, o governo passou a convocar atos antidemocráticos e estimular ataques contra o STF e demais instituições democráticas. A verdade é que os atos bolsonaristas eram uma tentativa

Hugo Scotte

SOMOS MAIORIA: protesto em Porto Alegre pelo #ImpeachmentJá. Em setembro de 2021, pesquisa do DataFolha apontava que 56% dos brasileiros já eram a favor do impedimento de Bolsonaro.

do governo de maquiar sua crescente rejeição popular e, em certo momento, o seu isolamento. Como resposta, nosso mandato foi parte ativa da convocação das mobilizações sociais por entender o papel fundamental das ruas para frear as tentativas golpistas. Protestos como o Tsunami da Educação, a latência do #ElesNão e os atos Antifascistas cumpriram um papel fundamental na preservação de direitos.

Fernanda foi uma das primeiras lideranças a articular o pedido de impeachment, que reuniu mais de 1 milhão de assinaturas de intelectuais, movimentos, artistas e parlamentares de todo o Brasil contra Bolsonaro - apontando crimes de responsabilidade durante a pandemia, e atentados contra as liberdades democráticas, de ameaça à realização das eleições de 2022, com o derrotado projeto do voto impresso, e ataques aos direitos humanos.

Frente à inoperância do Parlamento Brasileiro, na figura dos dois últimos presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia e Arthur Lira, em abrir o processo de impeachment, nosso mandato denunciou internacionalmente o projeto genocida de Bolsonaro e sua verdadeira cruzada contra a Ciência, articulando junto a partidos de esquerda do Parlamento Europeu e dos EUA ações de solidariedade. Os gastos exorbitantes com a fabricação e propagação de medicamentos anticientíficos, como a hidroxicloroquina, ineficazes contra a COVID-19 e o atraso intencional na compra de vacinas, incluindo denúncias de cobrança de propina, por parte da gestão corrupta e genocida, foram as principais denúncias levadas às cortes internacionais.

A atuação de Fernanda, como membro do Parlamento do Mercosul, também foi fundamental para fortalecer a luta contra as graves violações de direitos humanos promovidas pelo governo brasileiro e conectá-la ao contexto internacional de avanço da extrema-direita nos países da América Latina. **Nosso mandato fez parte dos trabalhos da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul, que acompanhou e denunciou o golpe racista de Estado que depôs o presidente Evo Morales na Bolívia** e foi parte ativa para garantir direitos, como acesso à saúde, trabalho e regularização, a imigrantes e refugiados, uma das categorias mais afetadas no contexto da COVID-19 e que ainda enfrentam uma realidade de deportação forçada.

Paola Rodrigues

Justiça para Marielle e Anderson Gomes!

Como membro do Parlasul e da Comissão de Cidadania e de Direitos Humanos, Fernanda exigiu justiça por Marielle Franco e Anderson Gomes e destacou a importância do Parlamento do Mercosul em denunciar e resistir ao governo autoritário de Jair Bolsonaro e seus ataques contra a democracia.

Tratado Vinculante para acabar com a impunidade de empresas transnacionais que violam direitos humanos.

Fernanda esteve por duas vezes, em missão oficial em Genebra, na Suíça, para acompanhar a elaboração de um Tratado Vinculante que acabe com a arquitetura da impunidade que beneficia as empresas transnacionais. Na ONU, cobramos a responsabilização por crimes em Mariana e Brumadinho e apoiamos a luta por justiça da União de Afetados pela Petroleira Chevron-Texaco (UDAPT) no Equador. Fernanda denunciou no Conselho de Direitos Humanos da ONU o excesso de poder das corporações transnacionais que avançam no desmantelamento de políticas públicas de saúde, de educação, atacam territórios de povos originários e destroem recursos naturais.

Migração como um Direito Humano!

O PSOL apresentou um projeto que propõe a concessão de autorização de residência emergencial a imigrantes e refugiados, com isenção de taxas e multas, e garantia de acesso ao SUS e benefícios sociais durante a pandemia. Fernanda lutou contra a revogação da portaria 655/21 do governo, que passou a restringir a entrada de estrangeiros de qualquer nacionalidade no Brasil e pela ampliação de quadros da Polícia Federal para atendimento de imigrantes e refugiados.

Pressão internacional pela condenação de Bolsonaro!

Nosso mandato articulou internacionalmente a luta contra a gestão genocida de Bolsonaro no Brasil. A *Carta internacional: Jair Bolsonaro é uma ameaça ao Brasil e à saúde mundial* foi assinada por centenas de parlamentares e intelectuais da esquerda européia e americana. Nosso mandato articulou uma denúncia no Parlamento Europeu, através do eurodeputado Miguel Urbán, sobre a política genocida de Bolsonaro, que levou a uma crise humanitária, sanitária e econômica sem precedentes no Brasil.

Contra liberação de armas!

O PSOL apresentou quatro projetos para sustar os decretos do governo federal que flexibilizaram as regras para compras e porte de armas no Brasil. Entramos com ações no STF e no MPF questionando o porte de armas do fuzil T4, arma usada por forças táticas militares e que passou a ser liberada para qualquer cidadão. Bolsonaro não apresentou nenhuma política pública na área de segurança, ao contrário, ao liberar o porte de armas para mais de 19 milhões de pessoas, acabou com uma canetada com o Estatuto do Desarmamento.

Informações sobre reunião da CIA com governo brasileiro.

Em reunião da bancada de deputados do PSOL e delegados da Internacional

Progressista, organização política que reúne sindicalistas, parlamentares e lideranças sociais de diversos países, nosso mandato pediu ajuda para que os representantes encaminhassem um ofício ao Congresso Americano para cobrar informações sobre a reunião entre o novo diretor da CIA, William J. Burns, e o governo brasileiro, realizada a portas fechadas em julho de 2021 no Brasil.

Luta contra o Projeto que cria uma política anti-terrorismo no Brasil.

Fernanda lutou contra a proposta, que, numa jogada só, categoriza manifestações contrárias ao governo como terrorismo, isenta forças policiais de punição em ações violentas, graças à Licença para Matar, e cria uma polícia particular sob comando direto do Presidente, pronta para perseguir e reprimir opositores.

Entrega de relatório da CPI da COVID-19 ao Alto Comissariado da ONU em Genebra

Após a conclusão dos trabalhos da CPI do Senado, Fernanda, em missão oficial em Genebra, entregou ao Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU o relatório final, que pediu o indiciamento de Bolsonaro por 9 crimes, desde charlatanismo até crimes contra a humanidade, além de mais de 70 pessoas cúmplices desse genocídio.

Basta de agressões, pressão política e monitoramento a profissionais da imprensa!

Fernanda, ao lado de demais parlamentares mulheres, denunciou a agressão machista de Bolsonaro a jornalista Patrícia Campos Mello, acionando o Conselho de Ética da Câmara Federal, cobrou explicações do governo sobre pressão a jornalistas para uso político da EBC para produzir uma agenda positiva da gestão Bolsonaro e sobre a contratação de uma empresa com custo de R$ 2,7 milhões aos cofres públicos para monitorar influenciadores e jornalistas, chamados de “detratores”.

Cassação e prisão para Daniel Silveira!

O PSOL entrou com uma representação na Procuradoria-Geral da República e com uma ação no Conselho de Ética da Câmara, pedindo a cassação do deputado bolsonarista Daniel Silveira por suas ameaças de ódio e de violência contra manifestantes antifascistas, na tentativa de tipificá-los como organizações terroristas. Não há imunidade parlamentar que proteja deputado que faz ameaça de atirar contra defensores das liberdades democráticas.

A JUVENTUDE QUER SONHAR E VIVER: DEFESA DA EDUCAÇÃO E CONTRA A PRECARIZAÇÃO DA VIDA

Otávio Pavinato

O ataque à educação é um projeto do governo Bolsonaro estratégico para impedir a possibilidade mínima de ascensão social dos mais pobres. Com mais de cinco trocas de ministros da pasta em 3 anos, o que ocasionou um grande apagão na educação, pesquisa e ciência no país, o governo fez da ignorância sua escola na tentativa de alienar o povo e seguir preservando seus podres poderes. Além disso, em nome de sua política neoliberal e antipovo, aprovou uma minirreforma trabalhista que só vai aumentar a exploração da mão de obra da juventude e do povo em nome do lucro dos patrões. Ao invés de combater a informalidade e o recorde de desemprego com mais direitos, Bolsonaro retrocedeu nos direitos da juventude e atuou para abrir brecha, inclusive, para permitir o trabalho de menores de 14 anos no país.

Mas diante de duros ataques, a juventude não deixou por menos. Os estudantes foram os primeiros a sair na luta contra o governo obscurantista, que queria acabar com pensamento crítico, promover o revisionismo histórico e aniquilar a diversidade nas escolas e universidades. **Contra o pior ministro da Educação, Abraham Weintraub, fomos às ruas construindo grandes atos do #TsunamidaEducação com amplo apoio popular e conquistamos a reversão dos cortes orçamentários nas universidades e IFs.** Ao lado dos trabalhadores da educação e da juventude, derrotamos Bolsonaro

e garantimos a aprovação do novo Fundeb, impedindo, inclusive, o desvio de mais de R$ 16 bilhões das escolas públicas para o setor privado da educação.

Seguiremos defendendo direitos para a nossa juventude e o legado de nosso patrono da educação brasileira, Paulo Freire, tão atacado por esse governo de ignorantes. A educação só pode ser um instrumento para a libertação e emancipação humana. Afinal, o conhecimento destrói mitos.

Não vai ter corte, vai ter luta! Proibir os cortes na Educação Pública!

Fernanda apresentou um projeto de lei para tornar obrigatória a execução da verba prevista no orçamento federal para manutenção e desenvolvimento do ensino nas universidades e institutos federais. O PL foi apresentado juntamente com Sâmia Bomfim e David Miranda. Com os cortes, diversas universidades e IFs estavam à beira de fechar as portas, com o atraso no pagamentos de despesas básicas, como luz, água, limpeza e segurança, além de restaurantes universitários e assistência estudantil. (A PEC 96/19 foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça)

Contra a intervenção nas universidades!

A bancada do PSOL junto a partidos da oposição pediu ao presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre, a devolução da MP 979, que permite ao ministro da Educação, Abraham Weintraub, escolher reitores temporários das universidades federais durante o período de pandemia.

Impeachment do pior ministro da Educação!

A iniciativa foi resultado dos trabalhos da Comissão Externa de Acompanhamento do MEC que denunciou a iminente paralisia das instituições de ensino superior diante dos cortes orçamentários, que prejudicaram da graduação à pós-graduação, colocando em risco o futuro da educação de milhões.

Contra a suspensão de bolsas da Capes e do CNPq!

Contra o apagão na pesquisa e na ciência, o PSOL, apresentou uma ação no MPF e um projeto para suspender os efeitos da Portaria nº 34/20, que cortou as bolsas de pesquisa, inclusive de programas de

excelência, como Antropologia, Sociologia e História da UFRGS.

Contra a censura e em defesa do ENEM para tod@s!

Durante a pandemia, o PSOL cobrou do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) a imediata suspensão do exame de 2020 e a readequação do calendário do ENEM por conta da segunda onda da pandemia do coronavírus. O calendário foi adiado, mas aquém da necessidade, o que acabou resultando em recorde de abstenção. Em 2021, entramos com uma ação vitoriosa no MPF, que garantiu a gratuidade na isenção do ENEM para estudantes de baixa renda diante das dificuldades criadas pelo governo e pela pandemia. Lutamos também contra as tentativas de interferência ideológica e na fiscalização da prova estimuladas pelo presidente do INEP, Danilo Dupas, de acordo com a denúncia de centenas de servidores públicos.

Em defesa do novo Fundeb, mais recursos para a educação básica pública e valorização salarial dos professores!

O PSOL lutou para garantir a regulamentação do FUNDEB com recursos 100% destinados à educação básica pública. O governo, que queria a todo momento adiar a votação e provocar um verdadeiro apagão educacional, foi derrotado. Além de manter o piso de 70% do Fundeb para pagar os salários dos trabalhadores em educação, o Fundo teve recursos gravados para educação infantil e inscreveu na Constituição o conceito do Custo Aluno Qualidade Inicial, que estabelece parâmetros mínimos e metas de qualidade para o ensino e aprendizagem nas escolas.

Hugo Scotta

Suspensão da cobrança das parcelas do FIES na pandemia!

A Câmara dos Deputados aprovou um projeto, assinado também pelo nosso mandato, que permitiu, por até quatro meses, a suspensão da cobrança das mensalidades do Fies. Todos estudantes, que já concluíram ou não seus cursos, foram contemplados para contratos firmados antes da pandemia.

Contra a superexploração do trabalho infantil!

Queremos os jovens na escola e com direitos! Lutamos contra a PEC 18/2011, que está sendo discutida na Câmara dos Deputados e é um duro ataque ao direito das crianças e dos adolescentes. Ao abrir brecha para o trabalho sem a obrigatoriedade de permanência na escola a partir dos 14 anos, e ainda, permitir o trabalho de menores de 14 anos mediante a autorização dos pais, representa um retrocesso imenso aos direitos da juventude. Um projeto de precarização, retirada de direitos da juventude e abandono escolar.

Contra o exterminador do futuro e em defesa da nossa biodiversidade

O governo Bolsonaro foi marcado pela sua política de destruição ao meio ambiente: negacionismo ao não produzir e divulgar dados sobre desmatamento, incentivo às queimadas em diversos biomas brasileiros, derramamento de óleo nas praias do Nordeste, perseguição aos povos indígenas, desmantelamento das políticas de fiscalização e controle e flexibilização das regras para liberação do uso de agrotóxicos. Para o governo, o momento da pandemia era de "passar a boiada" nas políticas ambientais e o Ministério do Meio Ambiente tornou-se um aliado do latifúndio e do agronegócio e dos mineradores em detrimento do nosso patrimônio natural e dos povos originários e quilombolas. Não à toa, o Brasil com Bolsonaro registrou desmatamento recorde na Amazônia nos últimos 15 anos.

A luta contra o criminoso e ex-ministro Salles - o exterminador do futuro -, foi árdua e Fernanda esteve na linha de frente para sua queda e, também, para que houvesse punição pelos crimes cometidos. As queimadas na Amazônia e no Pantanal, causadas para aprofundar o desmatamento e o lucro do agronegócio, foram manchetes internacionais e **Fernanda produziu um dossiê com 600 páginas enquanto membro da Comissão de Direitos Humanos e Desenvolvimento Sustentável.** Além disso, entregamos

Hugo Scotte

denúncias à ONU para aumentar a pressão internacional pelo Fora Bolsonaro e por uma política eficaz de proteção ao meio ambiente.

No RS, lutamos contra o projeto de megamineração Mina Guaíba, que foi suspenso, graças à mobilização de movimentos ambientalistas e sociais no estado. O projeto previa a instalação de uma mina de carvão a 15 km de Porto Alegre, o que seria o símbolo do atraso ao meio ambiente e à qualidade de vida. **Lutamos em defesa da terra, por comida de verdade, limpa e saudável, ao lado das famílias de assentados da cidade de Santa Rita, na região Metropolitana de Porto Alegre.** Também atuamos ao lado dos movimentos indígenas contra o PL 490, que libera áreas de preservação ambiental para mineiração e contra o Marco Temporal, que retrocede na demarcação das terras indígenas e poderá significar mais genocídio indígena com anuência do Estado. Além disso, denunciamos as inúmeras tentativas de invasão e incêndios criminosos nos territórios indígenas da etnia Mbya Guarani.

Apesar da queda de Salles, a política antiambiental do bolsonarismo segue em curso, criando todas as condições contrárias à proteção do meio ambiente e da nossa biodiversidade.

PSOL aciona MPF contra Gen. Heleno por autorização de garimpo em áreas intocadas da Amazônia.

O desgoverno Bolsonaro autorizou pesquisas de exploração de ouro em uma região praticamente intocada da Amazônia. Ao invés de combater o garimpo ilegal, Bolsonaro incentiva a destruição do meio ambiente com sua política ecocida. Enquanto Bolsonaro seguir no poder, o meio ambiente brasileiro segue sendo destruído!

Contra a pulverização aérea de agrotóxicos.

Nosso mandato enviou um requerimento de informação ao Ministério da Agricultura e à ANAC pedindo esclarecimentos sobre a utilização indiscriminada de pulverização

Gabriel Galli

aérea de agrotóxicos na região de Nova Santa Rita e cobrou investigação, justiça e reparação de danos às famílias. Em conjunto com organizações populares e entidades, as famílias ingressaram com uma medida cautelar para suspender a pulverização aérea de agrotóxicos pelos fazendeiros vizinhos, que causou a perda de produção de orgânicos, morte de animais e problemas de saúde nos agricultores e camponeses. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) determinou favoravelmente à demanda das famílias e também a imediata reparação financeira aos vitimados. Exemplo de como a luta organizada pode ser vitoriosa, mesmo contra estruturas poderosas.

PSOL ENTRA NO STF CONTRA LEI QUE AUTORIZA USO DE AGROTÓXICOS PROIBIDOS EM SEUS PAÍSES DE ORIGEM NO RS.

Fernanda, junto a centenas de entidades ambientalistas e o PT, entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6955) no Supremo Tribunal Federal pedindo a impugnação da Lei Estadual de Agrotóxicos (7.747/1982), proposta por Eduardo Leite, que trata da liberação de agrotóxicos no RS. Os gaúchos não precisam de mais veneno na mesa!

CONTRA EXONERAÇÃO DE SUPERINTENDENTE DA PF NO AMAZONAS QUE PRENDEU MADEIREIROS PROTEGIDOS POR SALLES.

Nosso mandato, junto à bancada do PSOL, apresentou ação popular na Justiça Federal do Amazonas para anular a demissão de Alexandre Saraiva do cargo de superintendente da Polícia Federal no estado. Essa ação não passou de uma tentativa de enfraquecimento da fiscalização do desmatamento da Amazônia promovida por Salles.

DOSSIÊ DE DENÚNCIA SOBRE A POLÍTICA ANTIAMBIENTAL DE BOLSONARO E SALLES AO MPF.

Com mais de 600 páginas, o documento reúne informações sobre as inúmeras ilegalidades praticadas pelo ex-ministro, Ricardo Salles, à frente do Ministério do Meio Ambiente. O relatório é resultado do trabalho de Fernanda à frente da relatoria da Proposta de Fiscalização e Controle na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na Câmara Federal, formada para investigar o desmatamento na Amazônia, uma das ações mais importantes da Câmara sobre o assunto. Entre as denúncias estão a existência de uma política de desestruturação da política ambiental brasileira, de militarização dos órgãos de fiscalização e controle ambiental, de redução das autuações e multas mesmo diante do aumento exponencial do desmatamento e incêndios criminosos, e paralisia dos planos

de Ação para Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia (PPCDam) e de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado (PPCerrado) nos últimos dois anos.

O RS É TERRITÓRIO GUARANI: EM DEFESA DA ÁREA "MATO DO JÚLIO"

Nosso mandato esteve na luta em apoio à retomada da área Mato do Júlio, em Cachoeirinha, pelos indígenas da etnia Mbya Guarani. A área, considerada terra ancestral pela comunidade e circundada por hectares de vegetação intocada, é muito visada pela especulação imobiliária.

AÇÃO NA JUSTIÇA PARA GARANTIR TRANSPARÊNCIA DE DADOS DO INPE.

Nosso mandato entrou com mandado de segurança, em caráter liminar, no Superior Tribunal de Justiça contra o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) para garantir o acesso público permanente aos dados do Inpe. Ricardo Galvão, ex-diretor do Inpe, foi demitido por Bolsonaro por expor dados sobre o desmatamento no país. Isso desnudou a nova forma de censura que existe hoje no Brasil: o negacionismo. Negar dados científicos é parte da estratégia deste governo para controlar e maquiar dados alarmantes sobre a devastação ambiental.

Em Brasília, Fernanda esteve na luta contra o PL 490 junto às diversas representações de comunidades indígenas do país.

DENÚNCIA NA ONU CONTRA O DESMANTELAMENTO DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL.

O documento pede que a entidade envie ao Brasil uma missão de relatores para avaliar o que definem como "alarmante desmantelamento do sistema de proteção ambiental no Brasil". A denúncia aponta o genocídio indígena, censura nos dados do desmatamento e o aumento das queimadas na Amazônia.

NÃO VÃO PASSAR A BOIADA! IMPEACHMENT DE SALLES, JÁ!

Diante da fala criminosa da reunião ministerial que expressou a intenção de Salles em flexibilizar a legislação ambiental durante a pandemia, e do desmonte generalizado da política ambiental pelo governo Bolsonaro e Salles, conduzimos o maior pedido de impeachment contra o antiministro, junto à bancada do PSOL, partidos da Oposição e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.

ACESSO À ÁGUA E AO ESGOTO SANITÁRIO COMO DIREITOS HUMANOS

O projeto estabelece que o acesso à água e ao esgotamento sanitário são direitos humanos que devem nortear as políticas públicas de saneamento básico no País.

SERVIDOR PÚBLICO FICA! BOLSONARO SAI!

Com a política neoliberal de Paulo Guedes, que atende aos interesses do mercado financeiro e atua para desmontar o Estado como agente garantidor de políticas públicas, o funcionalismo público tornou-se o inimigo número 1 do governo federal. Como resposta aos ataques, os servidores públicos lutaram bravamente contra as reformas antipovo e se mostraram imprescindíveis ao denunciar o desmonte na área ambiental, a tentativa de corrupção na compra de vacinas no Ministério da Saúde e as interferências políticas na pasta da Educação, como a tentativa de censura no ENEM.

Na Câmara Federal, lutamos contra Reforma da Previdência, em 2019, organizando centenas de comitês domésticos nas cidades do Estado para ajudar na auto-organização do povo, e contra a Reforma Administrativa de Bolsonaro - um duro ataque aos direitos históricos do funcionalismo. A PEC 32, que atinge servidores federais, estaduais e municipais, pretende acabar com a estabilidade do funcionalismo para dar mais espaço para a perseguição ideológica, apadrinhamento político e a corrupção do governo, transformando o Estado em um balcão de negócios a serviço dos interesses dos de cima e do lunatismo bolsonarista.

Graças a mobilização intensa do funcionalismo público de norte a sul do Brasil e as diversas mobilizações #ForaBolsonaro nas cidades, a PEC 32

Hugo Scotte

Paola Rodrigues

não entrou em votação no plenário em 2021. Uma derrota importante para os interesses do governo diante de seu projeto de privatização do Estado Brasileiro, que abriria um filão para o mercado privado no lugar da prestação dos serviços públicos, como a educação e a saúde. Seguiremos vigilantes para impedir que a Reforma seja pautada em 2022.

No RS, nosso mandato lutou para barrar as tentativas de privatização das principais empresas públicas do país, como os Correios, GHC, Trensurb, Ceitec e Serpro, e para defender os direitos dos servidores públicos, que estão há anos com salários congelados e trabalharam arduamente na pandemia para salvar vidas. No RS, em que os servidores estavam, até dezembro de 2020, com 60 meses de salários parcelados, lutamos contra o pacote de morte do governo Leite, que, em 2019, acabou com conquistas adquiridas pelos servidores, confiscou salário dos aposentados e desmantelou a carreira do magistério, extinguindo os adicionais por tempo de serviço, os triênios e os quinquênios. Enquanto isso, beneficiou as grandes empresas com isenções fiscais e concedeu anistia de 90% das multas de empresas devedoras.

Contra o congelamento do salário dos servidores públicos!

Fernanda lutou na Câmara para impedir o congelamento de salário do funcionalismo público e militares de todas as esferas por 15 anos. O ataque contra os servidores foi incluído no texto da chamada PEC Emergencial, e aprovado sob a desculpa de viabilizar a volta do auxílio emergencial, obviamente necessário às famílias mais pobres na pandemia. A bancada do PSOL lutou para impedir o arrocho salarial de servidores públicos e militares, mas a maioria dos deputados rejeitou a proposta. O texto que previa a suspensão das promoções e progressões de carreira foi derrotado. Com a PEC, fica proibido concessão de aumentos salariais a servidores federais, estaduais e municipais e contratação de novos funcionários públicos sempre que houver decretação de

Paola Rodrigues

estado de calamidade ou quando a relação entre despesas correntes e receitas correntes alcançar 95% – um cenário que se aproxima tanto a nível federal quanto estadual e municipal.

Municipários: contra a Reforma da Previdência e luta por direitos aos trabalhadores da saúde na pandemia!

Lutamos ao lado dos servidores municipais contra a reforma da previdência municipal, que foi aprovada por Melo e elevou a idade de aposentadoria, penalizando ainda mais as mulheres. Também estivemos ao lado dos trabalhadores da saúde e do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre denunciando a falta de estrutura e de servidores para o atendimento dos casos de Covid-19 na pandemia.

Em defesa da Carris pública, do trabalho dos cobradores e dos direitos do povo no transporte!

Estivemos ao lado do vereador Roberto Robaina, contra o projeto nefasto, encomendado pelos 'barões do transporte', que acabava gradualmente

Paola Rodrigues

com o trabalho de mais de 3,5 mil cobradores de ônibus em POA. O projeto foi aprovado em 2021 e também extinguiu direitos do transporte dos idosos pobres, da juventude e educadores.

IMESF como empresa pública e defesa dos trabalhadores da saúde!

Os trabalhadores do IMESF, que foram imprescindíveis atendendo a população mais pobre durante a pandemia, foram duramente massacrados com demissões arbitrárias e corte no pagamento do auxílio-alimentação pelo ex-prefeito Marchezan. Lutamos ao lado do Sindsaúde-RS em defesa desses profissionais, cobrando atuação de Sebastião Melo contra a tentativa de desmonte e privatização da saúde pública em Porto Alegre. Uma luta para além da manutenção do emprego de mais de 1.800 trabalhadores, mas também por dignidade para o povo e o fortalecimento do SUS.

Em defesa do Banrisul público!

Nosso mandato esteve junto aos servidores do Banrisul para debater estratégias em defesa do

Fotos: Samir Oliveira

banco, que vem sofrendo com o fatiamento por conta da venda de ações e redução de seu quadro funcional. Vender um banco lucrativo, estratégico para o fomento do estado e que está presente em 98,5% do RS é um ataque ao patrimônio dos gaúchos.

O POVO QUER SER OUVIDO: CONTRA A VENDA DAS ESTATAIS NO RS!

Apoiamos a iniciativa dos representantes do Fórum em Defesa do Plebiscito, junto a Pedro Ruas, à época Coordenador do Fórum de Combate às Privatizações, e a deputada estadual Luciana Genro, que coletaram 80 mil assinaturas, necessárias para apresentar um projeto de iniciativa popular reivindicando um plebiscito para consulta sobre a venda da Sulgás, da CEEE e da CRM.

EM DEFESA DA CEEE, SULGÁS E CRM!

O PSOL apresentou, em conjunto com partidos da Oposição, uma ação no Supremo Tribunal Federal para anular a emenda constitucional que retirou a exigência de plebiscito para a privatização das empresas públicas. Defender o patrimônio público do RS contra a ganância de Eduardo Leite é uma tarefa que não abrimos mão.

Hugo Scotte

Em Porto Alegre, nosso mandato esteve na luta contra a PEC 32 - a Reforma Trabalhista no serviço público, junto às diversas categorias do funcionalismo público.

Defender o livro contra a marcha obscurantista de Bolsonaro

Como primeira bibliotecária deputada federal, Fernanda foi linha de frente na luta contra a paralisia em torno das políticas públicas de incentivo ao livro, leitura e escrita diante do governo autoritário e anticonhecimento de Bolsonaro. O setor foi altamente prejudicado com a extinção do Ministério da Cultura, que centralizava as políticas da área, que passou a ser incorporado ao Ministério da Educação.

Em 2019, **Fernanda instalou a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Livro, da Leitura e da Escrita**, cujo objetivo era propor, acompanhar e cobrar a implantação de leis já existentes que visam o fomento da leitura, a democratização do acesso à informação, a valorização dos profissionais bibliotecários e das bibliotecas públicas, escolares e comunitárias. Por exemplo, a luta pela elaboração das diretrizes e implementação do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), conhecido como Lei Castilho, e pelo cumprimento da Lei da Biblioteca Escolar, que colocava o prazo de maio de 2020 para que cada instituição de ensino do Brasil tivesse uma biblioteca com um profissional bibliotecário responsável e um acervo equivalente a pelo menos um livro por aluno matriculado.

Lamentavelmente, com a exclusão da participação da sociedade civil dos conselhos sociais da área e o estrangulamento financeiro imposto pelo governo federal, tanto o PNLL quanto a universalização das bibliotecas públicas e privadas ficaram estagnadas. No RS, Fernanda lutou para garantir verbas para a realização da Feira do Livro de Porto Alegre e contra o apagão das bibliotecas escolares.

Erick Andrade/PSOL na Câmara

Na pandemia, Fernanda liderou a luta para garantir medidas emergenciais para o setor livreiro e editorial e também contra a privatização dos Correios, empresa pública de mais de 350 anos, o que prejudicará toda a cadeia de distribuição de livros no país caso seja aprovada no Senado.

Realização de audiência pública durante a 65ª Feira do Livro de Porto Alegre.

A audiência foi um espaço de encontro entre representantes de entidades ligadas a bibliotecários, escritores, editores, livreiros e leitores e fortalecimento das lutas em torno das dificuldades encontradas pelo setor em dois pontos fundamentais: a falta de bibliotecários para atuar em escolas públicas da rede estadual e o fechamento das bibliotecas em decorrência da falta de profissionais.

Por uma educação que incentive a diversidade!

O PSOL entrou com uma ação na Justiça Federal para suspender o edital de compra de livros didáticos a alunos do 1° ao 5° ano do ensino fundamental pelo governo Bolsonaro. As orientações do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2023 excluiu violência contra a mulher e expressões como “democráticas” e “respeito à diversidade” dos temas e princípios éticos exigidos dos livros.

Medidas emergenciais para o setor editorial e livreiro.

O projeto garante linhas de crédito especiais para o setor, visando proporcionar apoio à área até 12 meses após o período de calamidade pública da pandemia. O prolongamento do prazo foi aprovado em uma emenda, proposta pela deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL/SP). O PL garante, através das instituições financeiras e agências de fomento públicas, redução de taxas de juros para empréstimos, flexibilização dos requisitos de análise de crédito e dispensa ou flexibilização de garantias, além da diminuição do valor da tarifa postal para envio de livros nacionais e criação de programas para manutenção e ampliação do número de livrarias, sebos e pontos de venda no país.

Livro não é coisa de rico!

Fernanda é autora da emenda à Reforma Tributária para proibir a taxação de 12% sobre o livro, que tem imunidade tributária garantida desde 2004 na Constituição Federal.

Paola Rodrigues

CONTRA A CENSURA E PELA VALORIZAÇÃO DA CULTURA POPULAR!

"Onde não há atividades culturais, a violência vira espetáculo". A frase de autoria desconhecida diz muito sobre o Brasil, que figura entre os mais violentos do mundo, e cujo investimento em políticas públicas para a área da cultura, que já era ínfimo, retrocedeu. Com o governo Bolsonaro, além da extinção do Ministério da Cultura, a área foi tomada de assalto por um projeto obscurantista que pretendia fazer uma revolução cultural conservadora no país. A nova orientação para a arte e cultura brasileira, que pretendia ser adotada pelo governo Bolsonaro, foi expressa no discurso do primeiro secretário de Cultura, Roberto Alvim, que resgatou ideias dos tempos do Nazismo, com seus ideais preconceituosos, criando diferenciações entre as diversas formas de expressões artísticas e atacando principalmente a cultura popular. Além disso, o governo cortou cerca de R$ 36 milhões de cinco órgãos ligados à pasta da Cultura, o que incluía a Funarte (Fundação Nacional de Artes), a Fundação Biblioteca Nacional, o Ibram (Instituto Brasileiro de Museus), a Fundação Cultural Palmares e a Casa de Rui Barbosa - sucateamento severo em tempos ainda de pandemia.

Os trabalhadores da cultura foram os primeiros a sentir o impacto do necessário isolamento social para combater a disseminação do coronavírus. Com Mário Frias à frente da Secretaria de

Hugo Scotte

Um dos primeiros atos #ForaBolsonaro em Porto Alegre, artistas mobilizados pelo impeachment e contra o desmonte da cultura.

Hugo Scotte

Cultura, a cruzada ideológica e o desmonte da área cultural só se aprofundaram. À revelia do governo, **Fernanda lutou pela aprovação de um auxílio emergencial direcionado à categoria, conquistando a Lei Aldir Blanc I e II, das quais é coautora.** Nosso mandato também lutou contra o desmonte da ANCINE e a censura de filmes, o que revela a tentativa árdua do governo de acabar com o pensamento crítico e aniquilar a diversidade que marca a nossa cultura nacional.

Lei da Emergência Cultural e repasse de R$ 69,7 milhões para o RS

O projeto, de coautoria do nosso mandato, garantiu o auxílio emergencial de R$ 600 para os trabalhadores a cultura de baixa renda, subsídios mensais para organizações culturais, abertura de linhas de crédito para fomento de atividades culturais, compra de equipamentos e renegociação de dívidas. No total, a Lei previu o repasse de R$ 69,7 milhões para o Rio Grande do Sul e R$ 9,2 milhões para Porto Alegre.

Em defesa da permanência do Instituto Cultural Cohab é só Rap!

Reforçamos nosso compromisso com a valorização da arte popular e expressões, como o Hip Hop, o slam e a arte de rua. Lutamos ao lado do coletivo Estadual Embolamento Cultural pela permanência do espaço de seu Instituto Cultural. O termo de permissão de uso do espaço foi assinado em 2022 pela Prefeitura garantindo a continuidade do trabalho desenvolvido junto à comunidade do bairro Rubem Berta.

Fortalecimento da Casa de Cultura Hip Hop de Esteio!

Nosso mandato apoiou diferentes iniciativas de estímulo ao Hip Hop para formação cultural, educacional e

social do nosso povo, como o fortalecimento, através de emendas parlamentares, da promoção de atividades culturais junto ao Instituto Federal da região da Casa Hip Hop, em Esteio, primeira do gênero na América Latina. O objetivo é garantir a promoção de políticas públicas para fomentar a cultura, que tem construído novas possibilidades de futuro para nossa juventude e salvo muitas vidas.

Pela anulação de mudança na Secretaria da Cultura e nomeação de Roberto Alvim!

O PSOL entrou com uma representação no Ministério Público Federal de Minas Gerais (MPF-MG) para anular o decreto de Bolsonaro de transferência da Secretaria para o Ministério do Turismo e cassar a nomeação do diretor de teatro Roberto Alvim como secretário da pasta. Além de Alvim ter atacado a atriz multipremiada Fernanda Montenegro, de 90 anos, chamando-a de "sórdida", sua nomeação contrariava o interesse público e representava a tentativa do governo de impor sua ideologia conservadora na pasta com o único objetivo de perseguir as bandeiras da área da cultura nacional.

Em defesa da autonomia das instituições culturais nacionais!

O PSOL acionou o Ministério Público Federal para impedir a censura praticada pelo atual secretário da cultura, Mário Frias, que retirou a autonomia de gestão dos presidentes da Funarte, Casa Rui Barbosa, Biblioteca Nacional, Fundação Palmares, Ibram e Iphan — incluindo a Ancine, subordinando a sua pasta.

Gabriel Galli

Resistir para derrotar o projeto LGBTfóbico de Bolsonaro!

O governo Bolsonaro escolheu a comunidade LGBTI+ como uma das principais inimigas. No país que mais mata essa população no mundo, ver um governo perseguir pessoas que sofrem discriminação e falta de acesso à direitos é triste e revoltante, mas não apenas isso. É também uma constatação da perversidade do projeto político que o presidente tenta aplicar e um alerta para que a sociedade civil organizada fortaleça a luta em duas frentes. A primeira é a defesa das pessoas LGBTI+ frente às tentativas de retirada de direitos. A segunda é batalhar por mais recursos para suprir o estrangulamento orçamentário nessa área e a falta de políticas públicas para essa comunidade e lutar contra o atraso nas discussões sobre diversidade sexual e de gênero.

O resultado prático desta verdadeira política de morte é a falta de repasse de recursos por parte dos governos municipal, estadual e federal para políticas públicas que deem conta das demandas da comunidade LGBTI+. Por isso, nosso mandato atuou como uma caixa de ressonância das demandas dos movimentos sociais em 5 eixos:

Eixo 1 - Empregabilidade de pessoas trans e travestis

Nosso mandato destinou R$ 250 mil para o governo do Estado do RS realizar um edital de apoio a 5 projetos que promovam a qualificação e inserção de pessoas trans e travestis no mercado de trabalho.

Eixo 2 - Acesso a direitos

Em parceria com a UFRGS, destinamos R$ 700 mil para a criação do primeiro Centro de Referência em Direitos Humanos para a população LGBTI+ de Porto Alegre, que deve acolher demandas de vulnerabilidade social e discriminação.

■ Destinamos R$ 500 mil em emenda parlamentar para o **Espaço Transcender, primeiro ambulatório do interior do Estado para homens e mulheres trans e travestis, que atende dentro da Policlínica do Rosário na cidade de Santa Maria.**

Paola Rodrigues

■ Apresentamos PL para instituir a isenção de taxas para retificação de nomes civis e de gênero de pessoas transgênero, travestis, intersexuais ou não-binárias e também a isenção das taxas para geração de segunda via de documento após a mudança do nome.

■ Discutimos a situação de pessoas LGBTI+ nas prisões em audiência na Câmara dos Deputados, cobrando do governo providências em relação a casos de violações de direitos humanos.

Gabriel Galli

■ Colaboramos na qualificação da Delegacia de Polícia de Combate à Intolerância, criada pela Polícia Civil do RS com trabalho especial com a comunidade LGBTI+, destinando R$ 200 mil em emendas para adquirir uma viatura de patrulhamento.

■ Contribuímos com a comissão sobre violência contra LGBTI+ da Assembleia Legislativa do Estado do RS coordenada por Luciana Genro.

EIXO 3 - MORADIA

■ O Fórum ONG/Aids do RS será responsável por executar uma emenda parlamentar de R$ 500 mil destinada por nosso mandato para a criação da primeira casa de acolhimento de pessoas LGBTI+ em Porto Alegre, com previsão de inauguração entre o segundo semestre de 2022 e o primeiro de 2023. A estrutura dará atenção especial às pessoas LGBTI+ vivendo com HIV/aids em situação de vulnerabilidade e também contará com uma cozinha comunitária, onde serão realizadas formações em gastronomia para as pessoas acolhidas, visando a preparação para o mercado de trabalho.

EIXO 4 - EDUCAÇÃO

- Apresentamos o projeto Escola sem Discriminação, (PL 3741/19) em parceria com os deputados David Miranda (PDT-RJ) e Sâmia Bomfim (PSOL-SP), que prevê a formação de professores, diretores de escola e gestores para o combate à violência contra LGBTI+ nas instituições públicas de ensino.

- Denunciamos na Câmara dos Deputados a palestra transfóbica que o deputado bolsonarista Eric Lins tentou promover na ALRS. O evento pretendia ser realizado em maio de 2020 com o título "Epidemia de Transgêneros: o que está acontecendo com as nossas crianças?" com o objetivo de promover ideias discriminatórias às pessoas travestis e transexuais. Fernanda denunciou publicamente a situação em discurso na Câmara e cobrou providências das autoridades.

EIXO 5 - COMBATE AO HIV/AIDS E OUTRAS ISTs

- Em parceria com os movimentos sociais, discutimos a situação das políticas públicas para HIV/Aids em audiência pública na Câmara dos Deputados e denunciamos o desmonte do departamento de HIV/Aids do Ministério da Saúde.

- Pressionamos o INSS para que responda sobre a retirada da aposentadoria de pessoas soropositivas.

- Destinamos R$ 500 mil em recursos de emendas parlamentares para a abertura de leitos para doenças infecciosas, entre elas HIV/Aids e tuberculose, para o Hospital Universitário da Urcamp em Bagé.

Gabriel Galli

Por uma sociedade livre do racismo. Vidas negras importam!

O racismo como elemento estruturante do Capitalismo é determinante para a superexploração e vitimização do nosso povo preto. Historicamente vivemos sob a alegação de que o Brasil possui uma democracia racial e, dessa forma, crimes de racismo e violação de direitos são cometidos cotidianamente de forma impune. A verdade é que o racismo não pode ser compreendido simplesmente como uma prática individual ou de grupos, mas sim enquanto um processo histórico e político constituído por um conjunto de práticas e políticas que, consciente ou inconscientemente, confere desvantagens a uns e privilégios a outros. Não à toa, as mulheres negras e da periferia foram as mais vitimadas pela pandemia e as mais afetadas nesse momento pela crise e pelo desemprego, diante do fim do auxílio emergencial, que Bolsonaro, na verdade, nunca quis dar. Além disso, como mostra o Atlas da Violência 2021, em 2019, a cada 2 horas uma mulher foi assassinada no Brasil, sendo que 66% delas eram mulheres negras. No mercado de trabalho mulheres seguem recebendo em média apenas 77% do que recebe um homem, e mulheres negras apenas 33% do que um homem branco.

Estatisticamente, também, sabe-se que a cada vinte e três minutos, morre uma pessoa negra no país, na maioria das vezes, vitimadas pelo Estado. Para

Hugo Scotte

Em Porto Alegre, protesto #VidasNegrasImportam contra o racismo e pelo impeachment de Bolsonaro.

citar casos recentes e apenas no RS, **a abordagem de um policial que levou à morte Gustavo Amaral, engenheiro elétrico e jovem negro de Marau**, e de um segurança privado do Carrefour, que vitimou de forma brutal João Alberto, outro homem negro mostram, como diz Elza Soares, como a carne mais barata do mercado é a carne negra. Na maioria das vezes a alegação de legítima defesa imaginária se torna a justificativa aceita pela Justiça, o que faz com que as vidas negras, que já eram descartáveis, tornem-se mais desprezíveis para o sistema.

Com o governo Bolsonaro, a alegação criminosa de que não existe racismo no Brasil voltou a ser propagada, e ainda tivemos um negro no posto da Presidência da Fundação Palmares que militou arduamente contra a negritude, foi acusado de assédio moral, perseguição ideológica contra servidores, e atacou a memória inclusive de nossa vereadora, brutalmente assassinada, Marielle Franco. Nosso mandato lutou para impedir retrocessos no pouco de direitos conquistados pela nossa negritude, contra o genocídio da juventude negra e periférica e com a construção, através da educação antirracista, de uma sociedade livre do racismo e qualquer forma de preconceito. A tarefa árdua para 2022 será impedir qualquer retrocesso em torno da Lei de Cotas (12.711/12), que previu a reserva de 50% das vagas das universidades e institutos federais de Ensino Superior a estudantes de escolas públicas, incluindo o recorte racial.

Denúncia contra o PL 1595/19 (Ações Terroristas) no Alto Comissariado da ONU.

O projeto é uma reedição da proposta apresentada por Jair Bolsonaro, quando deputado federal, em 2016, e visa criar mecanismos de repressão a supostas "ameaças terroristas" no Brasil, em que na história recente, não há registros de atentados ou tentativas. O projeto quer criar um Estado de exceção para perseguir os movimentos sociais, opositores e censurar o contraditório, permitindo a interferência do Executivo na Abin, na Polícia Federal, no GSI e nas próprias Forças Armadas, ou seja, no sistema único de segurança pública. E o mais grave, cria sistema paralelo de inteligência e secreto do governo, com grande influência do Poder Executivo, para vigiar, controlar de forma ilimitada e criminalizar ativistas, organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Ação no STF para assegurar a gratuidade no ENEM 2021.

O PSOL assinou, conjuntamente a outros partidos e entidades, a ADPF no STF para pedir mudanças na regra para gratuidade do Exame Nacional do Ensino Médio para beneficiar candidatos de baixa renda em 2021. A ação foi uma iniciativa da Educafro em conjunto com a UNE, UBES, OAB e a Frente Antirracista. Além disso, o PSOL já havia pedido providências ao Ministério Público

Federal após o governo federal dificultar o pedido de isenção da taxa de inscrição vedando o direito dos estudantes brasileiros, sobretudo os mais vulneráveis, ao Enem, principal instrumento de acesso ao ensino superior.

Ensino sobre a história negra nas escolas!

Nosso mandato realizou em julho de 2021 uma audiência pública para discutir a implementação da Lei nº 10.639, de janeiro de 2003, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da presença da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana" nas escolas e questionou o Ministro da Educação e secretarias estaduais sobre o tema.

Contra a Censura na Fundação Palmares.

Nosso mandato foi parte da construção do manifesto contra a censura de livros do acervo da Fundação Palmares, e entrou com uma ação na Justiça Federal para barrar essa atitude autoritária e racista que faz parte do projeto obscurantista do governo Bolsonaro, que quer acabar com pensamento crítico e aniquilar a diversidade que marca a nossa literatura nacional. Mais de 5 mil livros, que representam 54% do total do acervo da entidade, seriam excluídos do acervo sob justificativas absurdas como "desserviço à cultura", "clássicos da delinquência" e "intromissão partidária".

Dia Nacional da Luta Contra o Racismo no Futebol.

Nosso mandato institui o dia 2 de maio como dia de luta contra o racismo no futebol. O projeto foi uma iniciativa do ex-árbitro e ativista antirracista, Márcio Chagas, e do Diretor-executivo do Observatório da Discriminação Racial no Futebol, Marcelo Carvalho. (PL 5515/20)

Responsabilizar empresas que se omitem diante de crimes de racismo cometidos por funcionários.

O projeto estabelece que as empresas cujos empregados ou prestadores de

Hugo Scotte

Lançamento do Caderno de Formação Política Antirracista em Porto Alegre ao lado dos militantes do movimento negro, do PSOL e apoiadores.

serviços praticarem atos discriminatórios serão responsabilizadas civilmente pelos danos materiais e morais decorrentes desses atos, independentemente de culpa. O projeto foi uma iniciativa do ativista Márcio Chagas diante do crime ocorrido no Carrefour em Porto Alegre, que levou ao assassinato de João Alberto, homem negro, na véspera do dia da Consciência Negra. (PL 5232/20)

Contra retrocessos nas cotas em pós-graduação!

O PSOL entrou com uma ação para anular a portaria do MEC que anulou a política de cotas voltada para a população negra, indígena e pessoas com deficiência em programas de pós-graduação das universidades federais.

Contra nomeação de Sérgio Camargo!

Representação na Procuradoria-Geral da República para anular nomeação de presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo, em 2019, por atacar o Movimento Negro brasileiro, suas bandeiras e lideranças.

Comissão para investigar o assassinato de Beto Freitas no Carrefour.

Nosso mandato integrou a Comissão Externa criada para investigar o brutal assassinato de Beto Freitas no Carrefou em Porto Alegre. Como resultado da Comissão, foi instalada comissão de juristas negros para propor medidas legislativas de enfrentamento ao racismo, sob relatoria de Silvio Almeida.

A deputada estadual Luciana Genro, o vereador Matheus Gomes e a vereadora Karen Santos, ambos do PSOL, o ativista antirracista Márcio Chagas e a deputada federal Fernanda Melchionna no ato em solidariedade à bancada negra da Câmara de Vereadores de Porto Alegre por conta das graves ameaças de morte. A bancada federal do PSOL enviou um ofício ao governador Eduardo Leite exigindo ágil e rigorosa investigação diante do caso.

CONTRA O PROJETO NEOLIBERAL DE EDUARDO LEITE E EM DEFESA DO PATRIMÔNIO DO POVO GAÚCHO

A política de Estado Mínimo que vem sendo implementada no Rio Grande do Sul desde 2015 pelo ex-governador José Ivo Sartori, tem sido levada a cabo pelo governo de Eduardo Leite, através da extinção de um conjunto de instituições fundamentais para o desenvolvimento do estado, como as fundações e as estatais que foram privatizadas e as que ainda estão na alça de mira.

Leite, na sua posse, fez um juramento de cumprir a Constituição do Estado assim como fazem todos os que assumem esse posto. Mas a Constituição se revelou um grande entrave para a agenda ultraliberal que determina sua trajetória política desde a Prefeitura de Pelotas. Então, como não consegue cumprir, sua saída tem sido modificar a Constituição. Foi o que fez no início do governo para vender a CEEE, a CRM e a Sulgás, sem precisar consultar o povo através de um plebiscito garantido na Constituição Estadual até então. Depois, também, a base aliada apresentou uma PEC para mudar as leis e abrir o caminho para vender o Banrisul, a Corsan e a Procergs. Da mesma forma, o governo Leite vem utilizando de sua ampla maioria legislativa, mantida na política do toma lá, da cá, para levar adiante o seu projeto de desmonte do Estado, aprovando projetos que enfraquecem ainda mais a carreira do Magistério Estadual, dos servidores da segurança pública e do judiciário.

Mesmo que a sua gestão não tenha tido um trato genocida com a pandemia como o governo Bolsonaro, na política econômica, Leite atua sob a mesma receita ultraliberal do governo federal, privatizando e sucateando tudo que é público.

Aqui no Estado, o último período foi de muitas lutas para os

Hugo Scotte

Em visita a Pelotas, ao lado do vereador do PSOL, Jurandir Silva, e da militância aguerrida da cidade.

Fernanda ao lado da presidente do partido em Alegrete, Izabel Vieira, da ex-candidata a veradora pelo PSOL, Mariana Goulart, e militantes.

servidores de todas as categorias e, consequentemente de precarização da vida do povo gaúcho por decorrência desse projeto ultraliberal.

Dos 215 projetos de autoria do Executivo e aprovados pela Legislativo, com o voto contrário da nossa deputada estadual Luciana Genro, a grande maioria deles serviram para fazer valer os interesses dos de cima em detrimento aos interesses do povo gaúcho: 1) Reforma da previdência de civis e militares; 2) Reforma administrativa, com alterações de planos de carreira e retirada de vantagens automáticas; 3) Concessão de rodovias e privatização de estatais, com a venda de ativos ineficientes, como a CEEE e a Corsan; 4) Lei do teto de gastos; 5) Orçamentos realistas, com o fim do duodécimo calculado sobre receitas; 6) Adesão ao regime de recuperação fiscal (encaminhada) 7) Implementação da previdência complementar.

Pelo visto, as expectativas do agronegócio via FARSUL e do empresariado via FIERGS, foram cumpridas a risca pelo atual governador. Enquanto isso, a maioria da população sofre com os ataques aos serviços públicos que se mostraram ainda mais necessários durante a pandemia que estamos vivendo.

Hugo Scotte

É importante salientar os ataques ao Meio Ambiente protagonizados pelo seu governo com seu projeto alicerçado no desmantelamento dos órgãos de fiscalização e na flexibilização das leis ambientais, possibilitando a implantação de megamineradoras no RS como no leito do Rio Camaquã, com o fosfato três estradas, e na região Metropolitana, com a possibilidade da Mina Guaíba, atingindo inúmeros municípios dessas regiões e modificando os seus ecossistemas.

Militância aguerrida do PSOL em Santa Maria na luta contra o governo criminoso e genocida de Bolsonaro.

Militantes do PSOL em Bagé na luta por um PSOL independente e anticapitalista.

Assim, o governo do RS, está ajudando a impactar ainda mais os diversos ecossistemas no estado, onde existem populações tradicionais que dependem da integridade desses ecossistemas para suas práticas culturais, sociais, espirituais e de sabedorias ancestrais.

Importante salientar que Leite também está atuando para a liberação e o uso cada vez mais indiscriminado de agrotóxicos no RS, causando inúmeros danos à saúde da população. A luta contra a deriva aérea de agrotóxicos tem sido uma luta dura e com algumas vitórias importantes, como a dos agricultores familiares de Nova Santa Rita. Na sua sanha privatista o governo Leite segue com a política defendida pelo ex-ministro do Meio Ambiente do governo Bolsonaro, Ricardo Salles, de privatizar todas as unidades de conservação como os Aparados da Serra em Cambará do Sul.

Construir uma saída junto aos movimentos sociais e ao povo trabalhador, para superar a crise e buscar desenvolver o nosso estado dentro dos marcos da sustentabilidade e do respeito a diversidade e pluralidade do RS, é a tarefa que temos pela frente. Queremos que o enfoque sobre a saúde priorize as pessoas que não têm planos privados, qualificando o atendimento das UPAs; na educação, valorização de professores e funcionários, com a busca do atendimento em tempo integral para os alunos; a descentralização da segurança, para proteger também as comunidades periféricas; um programa efetivo de moradia popular, que é um direito constitucional desatendido.

Essas e outras diretrizes estrutura um combate verdadeiro à fome e à miséria, em que uma linha de concessão de renda e alimentação precisa ser criada.

Queremos o patrimônio público nas mãos do Estado, valorizando o servidor e o atendimento adequado à população. Precisamos revisar as isenções dadas a grandes empresas ganhas sem contrapartida de geração de emprego. Assim como, a segurança dos povos originários e do meio ambiente, que têm sofrido ataques sistemáticos do agronegócio e da mineração. Enquanto mandato, estivemos em todas as lutas do povo gaúcho nas ruas, nas redes e via Congresso Nacional, seja no campo ou na cidade, ombreados contra a retirada de direitos, nas conquistas e nas lutas pontuais das cidades do Estado.

OUTROS PROJETOS E INICIATIVAS

Medidas emergenciais para o combate à pandemia

Fernanda esteve à frente da Liderança do PSOL na Câmara dos Deputados durante 8 meses da pandemia do coronavírus e empreendeu esforços para propor medidas emergencias aos mais carentes e em vulnerabilidade social, garantir vacinas e salvar vidas.

Impede corte de internet na pandemia (PL 1036/20)

Proíbe a interrupção dos serviços de conexão à internet residencial, móvel e comercial durante o estado de calamidade pública decorrente do COVID-19 e dá outras providências.

Atenção emergencial a idosos na pandemia (PL 2668/20)

Cria a obrigação de ampliar a atenção emergencial a pessoas residentes em Instituições de Longa Permanência para Idosos, em razão da pandemia da COVID-19.

Publicizar dados sobre cor e raça relativas a COVID-19 (PL 3154/20)

Obriga o Ministério da Saúde a incluir nos dados públicos informações relativas a cor e a raça das pessoas contaminadas, hospitalizadas e falecidas em decorrência da COVID-19.

Prioridade à imunização (PL 5630/20)

O projeto, apresentado em co-autoria com a Deputada Sâmia Bomfim, estabelece diretrizes para as medidas de imunização contra a Covid-19, priorizando trabalhadores da saúde, da assistência social e da educação, trabalhadores domésticos, pessoas responsáveis pelo cuidado de idosos, pessoas privadas de liberdade.

Perdas da Lei Kandir (PLP 69/20)

Este projeto de lei complementar prevê a autorização para que estados e municípios descontem da dívida que têm com a União os valores referentes à perda de receita decorrente das isenções fiscais da Lei Kandir.

Ajuda financeira a estados e municípios na pandemia (PL 1329/20)

Este projeto cria ajuda financeira extraordinária aos Estados e Municípios, por meio de adicional ao Fundo de Participação dos Estados e ao Fundo de Participação aos Municípios para auxiliar no combate à pandemia.

Plano Emergencial para Enfrentamento ao COVID-19 nas favelas e periferias (PL 1000/20)

O projeto, assinado em coautoria com o Deputado Marcelo Freixo, cria o Plano Emergencial para Enfrentamento ao COVID-19 nas favelas e periferias, e assegura o acesso à água e distribuição de kits com insumos básicos necessários para a garantia das condições de higiene e de saúde para prevenção da COVID-19.

Autonomia a Estados e Municípios para garantir vacinas (PL 644/21)

Diante da recusa inicial do Poder Executivo Federal em adquirir e distribuir as

vacinas contra a COVID-19, o projeto cria autorização para que Estados, Distrito Federal e Municípios adquiram e distribuam autonomamente vacinas e outras medidas profiláticas contra a COVID-19.

Plano Emergencial de Reconversão Produtiva (PL 1759/20)

O projeto cria um Plano Emergencial de Reconversão Produtiva (PERP), para organizar indústria e comércio para produzir os produtos e insumos essenciais para proteger trabalhadores da saúde e a população em geral na pandemia de COVID-19.

Isenção de tarifas bancárias na pandemia (PLP 85/20)

Prevê a isenção de tarifas por transferências bancárias entre bancos diferentes durante a pandemia.

Trabalhadores da saúde merecem mais que palmas (PL 2433/20)

O projeto limita a jornada dos profissionais de saúde e demais trabalhadores de hospitais públicos e privados durante a pandemia do novo coronavírus a jornadas de 24 horas com, no mínimo, 60 horas de intervalo entre elas.

Contratação simplificada de médicos (PL 2162/20)

Autoriza, na vigência da situação de emergência de saúde pública relacionada à pandemia da Covid-19, a contratação simplificada de médicos residentes no Brasil com diplomas expedidos no exterior.

Proteção aos trabalhadores da saúde (PL 2056/20)

Previa ações de proteção aos trabalhadores e trabalhadoras da saúde, como a oferta de equipamentos de proteção individual adequados, oferta de condições de isolamento dos profissionais durante a pandemia e a testagem periódica de todos os trabalhadores de hospitais pela COVID-19.

Emprego e Renda

A pandemia da COVID-19 acentuou a crise econômica em que o Brasil já se afundava, aprofundou o desemprego e o desalento de milhões de trabalhadores. Nesse contexto, foi fundamental pensar programas e soluções e apresentar propostas para garantir emprego e renda para a maioria da população em meio à maior crise sanitária do nosso século:

Programa Emergencial de Geração de Emprego e Renda (PL 2667/20)

Cria o Programa Emergencial de Geração de Emprego e Renda – PROEGER, destinado à redução do desemprego, garantia de renda e recuperação econômica, bem como ao fornecimento de bens e serviços, especialmente os necessários ao combate à pandemia causada pelo novo coronavírus.

Cria o Programa Renda Básica Emergencial (PL 3934/20)

O projeto cria o Programa de Renda Básica Permanente para famílias brasileiras mais vulneráveis através da criação de um imposto sobre Grandes Fortunas; Justiça tributária para reduzir a desigualdade social no pós-pandemia.

Auxílio financeiro para pagamento de aluguéis residenciais (PL 1703/21)

Auxílio financeiro no valor de até um salário mínimo para pagamento de

aluguéis residenciais a famílias durante o período de calamidade pública pela pandemia de Covid-19. O PL também propõe a suspensão do pagamento de aluguéis por três meses e a cobrança de juros em empréstimos para quitar dívidas de inquilinos. Seriam beneficiadas as famílias ou indivíduos que residam em imóveis rurais ou urbanos alugados, não possuam imóvel próprio e tenham renda familiar de até três salários mínimos.

Abono emergencial (PL 4644/20)

Cria um abono emergencial, no valor de 1 (um) salário mínimo, para trabalhadores com vínculo formal de emprego, a aposentados e pensionistas e aos beneficiários do BPC.

Ampliar alcance Bolsa Família (PL 3933/20)

Altera a lei que cria o Programa Bolsa Família para ampliar o alcance do benefício, mudando os critérios de "baixa renda" e determinar que o valor seja ajustado todo ano com base no INPC, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Suspende pagamento da mensalidade na pandemia (PL 1773/20)

Suspende o pagamento de mensalidades de universidade privada por estudantes beneficiários de renda básica emergencial ou que tenham sofrido perda de renda durante a pandemia da COVID-19.

Cria o Plano Emergencial de Amparo à Agricultura Familiar durante pandemia da COVID-19 (PL 3170/20)

Antecipação do abono salarial (PL 2610/20)

Antecipa os pagamentos do Abono Salarial, de 2019 para trabalhadores formais de baixa renda, para auxiliar as famílias no enfrentamento à crise sanitária e econômica em 2020.

Proíbe demissão de estagiários na pandemia (PL 2509/20)

O projeto propõe proibir a rescisão de contrato de estagiários durante a pandemia, além de criar um auxílio específico para essas categorias.

Prorrogação do auxílio emergencial (PL 2365/20)

O projeto previa a prorrogação do pagamento do auxílio emergencial até dezembro de 2020, tendo em vista a magnitude da crise sanitária e social que se impõe em razão da pandemia.

Suspensão de pagamento de empréstimos (PL 1874/20)

O projeto suspende temporariamente o pagamento de empréstimos e de financiamentos bancários que pessoas físicas, micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais possuam com instituições financeiras e reduz as taxas de juros de novos empréstimos durante a pandemia da COVID-19.

OUTRAS MEDIDAS DE APOIO ÀS MULHERES DURANTE A PANDEMIA

As mulheres foram atingidas de maneira especialmente grave na pandemia. Seja pelo aumento da violência doméstica, pelo desemprego, pela exposição a atividades com alto risco de contaminação pela COVID ou pela ausência de políticas públicas básicas de suporte. Nesse contexto, assinamos como autoras e coautoras algumas

proposições importantes para ampliar a proteção às mulheres.

Serviço doméstico não é essencial! (PL 2477/20)

O projeto veda que serviços domésticos fossem considerados serviços essenciais, assegurar direitos trabalhistas e incluir cuidadores de idosos e de pessoas com deficiência entre os profissionais de saúde. No contexto da pandemia de COVID-19, em que a maioria dos serviços foi interrompida como medida de prevenção à disseminação da doença, o projeto pretendia proteger essa categoria formada majoritariamente por mulheres negras, garantindo a elas emprego e renda durante esse período.

Ampliação da licença e do salário-maternidade (PL 2765/20)

O projeto, assinado em coautoria com a Deputada Sâmia Bomfim, prevê ações de proteção emergencial de gestantes, bebês e puérperas durante a pandemia, como a ampliação da licença e do salário-maternidade.

Demais projetos e iniciativas

Valorização do salário mínimo

A emenda, apresentadas ao Orçamento Geral da União, denominado de Lei Orçamentária Anual (LOA), visa garantir um reajuste real e digno ao salário mínimo, atrelado à soma do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) com o equivalente à taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB), caminhando para o mínimo de justiça social.

Utilização de estoques públicos para baixar o preço dos alimentos e assegurar soberania alimentar (PL 151/2022)

O projeto determina que o poder público forme e mantenha estoques reguladores e estratégicos de alimentos visando a soberania alimentar e nutricional, garantindo as compras junto aos produtores de forma a assegurar o abastecimento, regular o mercado interno e promover preços acessíveis no país.

Revogação da Lei de Alienação Parental (PL 2812/2022)

O projeto de lei busca reverter os prejuícos que a lei da alienação parental traz para as famílias, e principalmente contra mulheres mães e crianças vítimas de violência.

Auxílio Emergencial para vítimas de secas e enchentes (PL 83/2022)

O projeto instituiu o auxílio emergencial para situações de emergência decorrentes de secas e enchentes - benefício que deve ser destinado à pessoa física afetada por danos e prejuízos em sua atividade econômica rural ou urbana decorrente de secas, enchentes ou qualquer evento hidrológico extremo, residência em município que decretar estado de calamidade pública ou estado de emergência decorrente de seca ou enchentes.

Restituir os direitos dos servidores prejudicados por Bolsonaro durante a pandemia (PLC 40/22)

O projeto propõe a revogação do dispositivo da Lei Complementar nº 173 de 2020, para restituir a contagem do período trabalhado pelo funcionalismo público, vedada pelo Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.

Marco Nacional sobre Direitos Humanos e Empresas (PL 572/22)

O projeto cria o Marco e estabelece

diretrizes para a promoção de políticas públicas no tema. O projeto foi elaborado a partir de um estudo do Homa (Centro de Direitos Humanos e Empresas da UFJF), com o apoio da Fundação Friedrich Ebert Brasil. A FES-Brasil, a CUT, o MAB e a Amigos da Terra Brasil também participaram da elaboração.

Eleva a alíquota do Imposto de Renda de empresas (PL 2046/2021)

O projeto propõe elevar temporariamente a alíquota do imposto sobre a renda devido pelas empresas de grande porte que ampliaram os seus lucros no contexto da pandemia de COVID-19.

Anistia total e irrestrita para todos os estudantes que aderiram ao FIES (Emenda à Medida Provisória 1090/2021)

A emenda visa garantir anistia total e irrestrita para todos os estudantes que aderiram ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) até o segundo semestre de 2017. O perdão das dívidas estudantis é de fundamental importância num momento de crise socioeconômica e sanitária pela qual passa o Brasil.

Cria o Observatório da Violência Política no âmbito da Câmara dos Deputados (PRC 20/21)

Com Bolsonaro e com a ascensão da extrema-direita, os casos de violência política aumentaram significativamente, sobretudo em relação às mulheres, LGBTI+, negros/as, indígenas, por isso a importância de criação esse instrumento. O Observatório da Violência Política é um fórum permanente de coleta e análise de dados, sistematização de estatísticas, recebimento de denúncias, realização colaborativa de estudos para combate e prevenção à violência política no país.

Cria a Semana Nacional de Apoio à Amamentação Negra (PL 3945/2021)

O projeto, assinado em coautoria com a Deputada Taliria Petrone, propõe a criação da semana a ser celebrada entre os dias 25 e 31 de agosto de cada ano, visando dar visibilidade à disparidade racial no campo do aleitamento materno, desenvolver campanhas direcionadas à população negra de estímulo ao aleitamento materno e promover o aleitamento materno como um direito básico da mãe e da criança.

Combate a discriminação de crianças em adoção (PL 4796/20)

O projeto, de autoria da Deputada Luíza Erundina e coautoria do nosso mandato, altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer cláusula de não discriminação de crianças, adolescentes e pretendentes no processo de adoção.

Ampliação da proteção social às vítimas de crimes sexuais (PL 5208/20)

Altera a Lei Maria da Penha para ampliar a proteção às vítimas de crimes sexuais, estendendo às vítimas de crimes contra a dignidade sexual o atendimento especializado que hoje é dado às mulheres sobreviventes de violência doméstica. Foi proposto no Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres e faz referência ao caso da influenciadora digital Mariana Ferrer (o projeto foi apensado ao PL 5096/20, que virou lei).

Combate à violência obstétrica (PL 878/19)

Dispõe sobre o atendimento humanizado no parto e pós-parto para combater a violência obstétrica.

Fim do auxílio moradia (PRC 3/19)

Proíbe que deputados federais, com residência própria ou que optem por apartamentos funcionais, recebam ainda auxílio extra para pagar o custo de sua residência em Brasília.

Fim do foro privilegiado

A proposta prevê a extinção do foro privilegiado que garante tratamento diferenciado na Justiça a ocupantes de funções na administração pública, incluindo presidentes de poderes, como do Supremo Tribunal Federal, da República, da Câmara e do Senado.

Taxação das grandes fortunas

Requerimento em Plenário para desarquivamento do projeto nº 277/08, que visa taxar as grandes fortunas no Brasil, proposto por Luciana Genro e demais parlamentares do PSOL em 2008. Fernanda é ainda coautora de dois projetos que instituem a taxação das grandes fortunas (PLP 193/20 e PLP 130/21). O IGF é o único imposto de competência da União que não foi regulamentado, apesar de previsto na Constituição Federal desde 1988. Apresentou também o PL 5585/20, que prevê o aumento dos impostos de empresas que tiveram lucros extraordinários durante a pandemia.

CADERNOS DE FORMAÇÃO POLÍTICA

Nosso mandato produziu uma série de cadernos de formação política para ajudar na auto-organização das mulheres, da negritude, da cultura e do povo e fortalecer a luta feminista, antirracista e por uma sociedade que valorize todas as formas de expressão cultural e caminhe para a garantia de justiça e igualdade sociais.

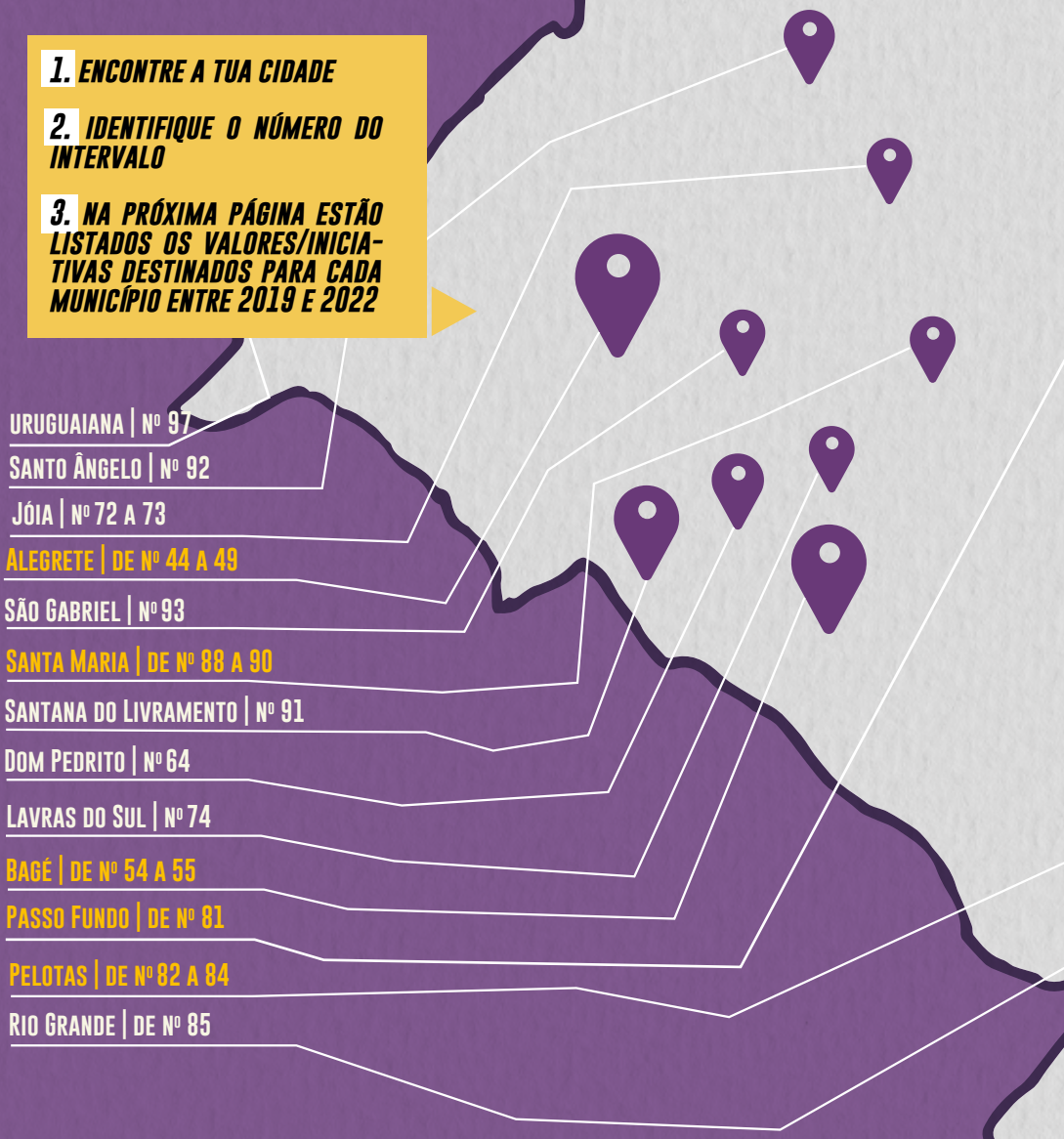
PARA BAIXAR: WWW.FERNANDAPSOL.COM.BR/ACOMPANHE

CONHEÇA AS EMENDAS PARLAMENTARES DO NOSSO MANDATO:

1. ENCONTRE A TUA CIDADE

2. IDENTIFIQUE O NÚMERO DO INTERVALO

3. NA PRÓXIMA PÁGINA ESTÃO LISTADOS OS VALORES/INICIATIVAS DESTINADOS PARA CADA MUNICÍPIO ENTRE 2019 E 2022



LEIA O QRCODE COM A CÂMERA DO CELULAR E TENHA ACESSO ÀS EMENDAS NO SITE

PORTO ALEGRE

CULTURA

1. **R$ 500 mil:** Plano Municipal do Livro e Leitura de Porto Alegre

2. **R$ 150 mil:** Biblioteca Comunitária do Arquipélago (Primeira Casa de leitura de Porto Alegre, localizada nas Ilhas do Guaíba para promoção de atividades como empréstimos de livros, saraus, mediações de leitura e palestras)

3. **R$ 1,5 milhão:** Teatro Popular Terreira da Tribo (fomentar a arte pública através da realização de atividades culturais focadas em quatro eixos: território, memória, formação e criação)

4. **R$ 170 mil:** Projeto Lendo para o Amanhã (acesso à leitura e a literatura a crianças e aos adolescentes)

5. **R$ 200 mil:** Projeto Periferia Brasileira de Letras (fomento à promoção do livro, da leitura e da criação literária nas favelas e periferias de Porto Alegre em parceria com a Fiocruz)

6. **R$ 350 mil:** Laboratório de produção audiovisual Odilon Lopez (Iecine/RS) – em homenagem ao cineasta negro pioneiro do cinema gaúcho

7. **R$ 200 mil:** Projeto Embolamento Cultural Pela Juventude Viva! para realização de atividades culturais no Hip Hop no Estado através de pontos de Cultura

8. **R$ 300 mil:** Programa Literatura em Ação. A verba foi destinada, através de editais públicos, para promoção de políticas públicas para fomento do livro, da leitura e de ações de preservação e valorização das bibliotecas do RS e para realização de atividades literárias e culturais.

9. **R$ 150 mil:** 66ª Feira do Livro

10. **R$ 200 mil:** Promoção da Saúde por meio da leitura nas periferias

11. **R$ 900 mil:** Apoio à diversidade cultural no município, em especial às escolas de samba, o Festival Cohab É Só Rap e o Museu do Hip Hop do RS

12. **R$ 404,6 mil:** Mostra de Artes Cênicas e de Rua pela Sec. Municipal de Cultura de Porto Alegre

EDUCAÇÃO

13. **R$ 1,5 milhão:** Reforma Campus Faculdade de Direito da UFRGS

14. **R$ 242,3 mil:** Laboratórios de Robótica Include (compra de ferramentas de ensino de robótica e material metodológico para viabilização de laboratórios)

15. **R$ 2 milhões:** Construção da Casa do Estudante do Campus do Vale da UFRGS

16. **R$ 1 milhão:** Fomento às ações acadêmicas e modernização da estrutura da Faculdade de Arquitetura UFRGS

17. **R$ 250 mil:** Criação do laboratório de processamento de alimentos de origem vegetal e animal e Agricultura Urbana no IFRS da Restinga

SAÚDE

18. **R$ 439,9 mil:** Núcleo de Gerência de Equidade e Inclusão da Saúde da população negra

19. **R$ 1 milhão:** Hospital Maternidade Presidente Vargas

20. **R$ 1 milhão:** PACS Cruzeiro do Sul

21. **R$ 800 mil:** Hospital Pronto Socorro

22. R$ 500 mil: Secretaria da Saúde do Estado do RS

23. R$ 427 mil: Proteção de dados pessoais e tecnologias digitais na saúde

24. R$ 500 mil: Promoção da saúde, da Soberania e da Segurança Alimentar dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (construída conjuntamente ao Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais e Matriz Africana)

25. R$ 996,6 mil: Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

26. R$ 2,5 milhões: Manutenção da UBS Senhor do Bonfim

27. R$ 3,6 milhões: Hospital de Pronto Socorro de Porto Alegre (HPS)

28. R$ 1,9 milhão: Hospital Vila Nova

29. R$ 1,8 milhão: Hospital Maternidade Presidente Vargas

30. R$ 1,3 milhão: Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

31. R$ 1 milhão: Hospital Vila Nova

LGBTI+

32. R$ 700 mil: Centro de Referência LGBTI+ da UFRGS (criação do primeiro centro de referência à comunidade LGBTI+ de Porto Alegre – espaço de acolhimento das demandas da comunidade e encaminhamento para os órgãos de Estado)

33. R$ 200 mil: Compra de viatura para equipar a Delegacia de Polícia de Combate à Intolerância da Polícia Civil do RS

34. R$ 250 mil: Financiamento de projetos de empregabilidade trans no RS junto a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do RS (realização de editais de financiamento de projetos da sociedade civil organizada para estimular a empregabilidade de pessoas travestis e transexuais ou a qualificação destas pessoas para o mercado de trabalho)

35. R$ 500 mil: Criação da primeira Casa de Acolhimento para pessoas LGBTI+ e vivendo com HIV/Aids

HABITAÇÃO

36. R$ 500 mil: Construção de Restaurante Comunitário na Comunidade Vida Nova, na Restinga em Porto Alegre

37. R$ 1 milhão: Apoio à Regularização Fundiária da Comunidade Vida Nova

38. R$ 500 mil: Apoio à Regularização Fundiária

MULHERES

39. R$ 225 mil: Compra de um scanner corporal para dar fim à revista vexatória e fazer a segurança pública na entrada da Penitenciária Feminina Madre Pelletier

40. R$ 70 mil: Projeto de inovação social, empreendedorismo e gestão de pequenos negócios entre mulheres em situação de vulnerabilidade (IFRS/Restinga)

41. R$ 2 milhões: Adequação de estrutura e criação de sala de atendimento multidisciplinar no Hospital Fêmina para atender as pacientes vítimas de violência e que buscam o aborto previsto em Lei.

MEIO AMBIENTE

42. R$ 500 mil: Projeto Mina Guaíba, NÃO! (desenvolvimento de pesquisas e

metodologias para vigilância em saúde no campo da mineração no RS)

43. **R$ 250 mil:** UFRGS – Faculdade de Geografia – Laudos antropológicos e fortalecimento de comunidades quilombolas.

ALEGRETE

44. **R$ 174 mil:** Compra de uma viatura para a Patrulha Maria da Penha para acolhimento e monitoramento a mulheres vítimas de violência

45. **R$ 400 mil:** Compra de microônibus adaptado para atender pessoas com deficiência (Alegrete)

46. **R$ 250 mil:** Reforma do Estádio Municipal Farroupilha, onde é realizado o Encontro de Futebol Infantil Pan-Americano EFIPAN

47. **R$ 1 milhão:** Santa Casa de Alegrete

48. **R$ 350 mil:** Reforma do Centro de Atenção Psicossocial de Alegrete

49. **R$ 300 mil:** Realização do Festival Cultural da Unipampa

ALVORADA

50. **R$ 1 milhão:** Hospital Alvorada

51. **R$ 250 mil:** IFRS - construção de sala modular para grêmio estudantil e organizações.

52. **R$ 70 mil:** Projeto de inovação social, empreendedorismo local e gestão de pequenos negócios entre mulheres em situação de vulnerabilidade no IFRS.

BENTO GOLÇALVES

53. **R$ 300 mil:** Atendimento ao SUS no Hospital Tachinni

BAGÉ

54. **R$ 1 milhão:** Santa Casa de Bagé

55. **R$ 500 mil:** Abertura de leitos no Hospital Universitário FAT/URCAMP

CANOAS

56. **R$ 996,6 mil:** Ampliação e revitalização do Hospital de Pronto Socorro

57. **R$ 250 mil:** IFRS - fechamento da quadra, construção de banheiros e vestiários

58. **R$ 800 mil:** Hospital Universitário

CACHOEIRINHA

59. **R$ 1 milhão:** Aquisição de equipamentos e material permanente para o Hospital Padre Jeremias

60. **R$ 303 mil:** Colégio Agrícola Estadual Daniel de Oliveira Paiva (Cadop)

CAXIAS DO SUL

61. **R$ 1 milhão:** Hospital Geral de Caxias do Sul

62. **R$ 250 mil:** IFRS - Fechamento da quadra, construção de banheiros e vestiários

CHARQUEADAS

63. **R$ 300 mil:** Hospital de Charqueadas

DOM PEDRITO

64. **R$ 260 mil:** Primeira Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) (em parceria com a Unipampa de Santana do Livramento. Com recursos da emenda projetos também serão desenvolvidos em São Gabriel)

ESTEIO

65. **R$ 345,6 mil:** Oficinas culturais Casa da Cultura Hip Hop de Esteio e IF-Sul Sapucaia do Sul (A casa é a primeira iniciativa do gênero no sul do país. As atividades culturais serão voltadas à prevenção e redução da vitimização letal da população negra e promoção dos direitos humanos das juventudes)

66. **R$ 1 milhão:** Melhoria da Saúde Pública em Esteio

FARROUPILHA

67. **R$ 250 mil:** IFFar livre de preconceito. A verba visa potencializar as ações dos núcleos de ações afirmativas, Grupos de Trabalhos, Comitês e Comissões relacionadas às temáticas de raça, etnia, gênero, sexualidade, pessoas com deficiência da IFFar

68. **R$ 100 mil:** IFRS - Projeto de conclusão da acessibilidade no campus

GRAVATAÍ

69. **R$ 1 milhão:** Hospital Dom João Becker

GUAÍBA

70. **R$ 174 mil:** Compra de uma viatura para a Patrulha Maria da Penha para acolhimento e monitoramento a mulheres vítimas de violência

71. **R$ 225 mil:** Compra de um scanner corporal para dar fim à revista vexatória e fazer a segurança pública na entrada da Penitenciária Feminina

JÓIA

72. **R$ 300 mil:** Aquisição de ambulância para a Sec. Municipal de Saúde

73. **R$ 500 mil:** Aquisição de retroescavadeira

LAVRAS DA SUL

74. **R$ 300 mil:** Fundação Médico Hospitalar Dr. Honor Teixeira da Costa

MONTENEGRO

75. **R$ 300 mil:** Hospital Montenegro

NOVA SANTA RITA

76. **R$ 500 mil:** desenvolvimento da agricultura familiar no município em assentamentos da reforma agrária

NOVO HAMBURGO

77. **R$ 174 mil:** Compra de uma viatura para a Patrulha Maria da Penha para acolhimento e monitoramento a mulheres vítimas de violência

78. **R$ 1 milhão:** Construção de ambulatório para Hospital Municipal

OSÓRIO

79. **R$ 250 mil:** IFRS - construção de espaço físico para projeto Equipe de Judô.

80. **R$ 817 mil:** Hospital Beneficente São Vicente de Paulo

PASSO FUNDO

81. **R$ 798 mil:** Hospital de Clínicas de Passo Fundo

PELOTAS

82. **R$ 250 mil:** Assistência Estudantil do Instituto Federal Sul-Rio-Grandense

83. **R$ 1,8 milhão:** conclusão da obra do HOSPICE da Unidade de Cuidados Paliativos – UFPel (inauguração de 20 novos leitos na Zona Sul do Estado para internação exclusiva e humanizada de pacientes em cuidados paliativos em situação clínica e de sofrimento complexo, além de viabilizar a ampliação do trabalho da Unidade Cuidativa da UFPel)

84. **R$ 1 milhão:** Construção da UBS Sítio Floresta e UBS Obelisco no município de Pelotas/RS.

RIO GRANDE

85. **R$ 1,5 milhão:** Santa Casa de Rio Grande

ROLANTE

86. **R$ 120 mil:** IFRS - Estrutura de espaço de convivência para os alunos do GEPEA, Grupo de Estudos e Pesquisas de Juventude Antirracismo.

87. **R$ 250 mil:** construção de espaço físico para projeto Equipe de Judô (IFRS)

SANTA MARIA

88. **R$ 500 mil:** Espaço Transcender - Policlínica do Rosário (primeiro ambulatório para atendimento da população trans em Santa Maria)

89. **R$ 1 milhão:** Hospital Regional

90. **R$ 400 mil:** Casa Verônica de acolhimento a mulheres em situação de vulnerabilidade

SANTANA DO LIVRAMENTO

91. **R$ 1 milhão:** Santa Casa de Misericórdia de Santana do Livramento

SANTO ÂNGELO

92. **R$ 300 mil:** Criação do Centro Popular de Compras municipal, em apoio aos vendedores ambulantes da região.

SÃO GABRIEL

93. **R$ 250 mil:** Núcleo de Estudos em Agrofloresta da NEAUnipampa

SÃO LEOPOLDO

94. R$ 250 mil: Apoio às demandas de Economia Solidária de São Leopoldo

SAPUCAIA DO SUL

95. R$ 1 milhão: Aquisição de ultrassom e veículo para a Secretaria da Saúde

TORRES

96. R$ 500 mil: Hospital Beneficente Nossa Senhora dos Navegantes

URUGUAIANA

97. R$ 517 mil: Santa Casa de Caridade de Uruguaiana

VIAMÃO

98. R$ 250 mil: Aquisição de terras para uso da aldeia indígena Mbya Guarani (Tekoa Nhundy - Aldeia Guarani da Estiva)

99. R$ 250 mil: Investimento no campus Viamão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) para construção e manutenção de cozinha coletiva e ecológica.

100. R$ 303 mil: Escola Técnica de Agricultura – ETA Viamão

EM BENEFÍCIO DE TODOS O RS

101. R$ 250 mil: Mais melhorias para o IFRS (desenvolvimento de ações visando o funcionamento dos cursos do IFRS, através da aquisição de materiais, acervo bibliográfico, prestação de serviços à comunidade, promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações)

102. R$ 250 mil: Aquisição de viaturas para a Polícia Rodoviária Federal

103. R$ 200 mil - Reitoria do IFRS - Projeto de capacitação e oficinas para a comunidade negra.

104. R$ 1 milhão: Assistência estudantil para a Unipampa

105. R$ 500 mil: Digitalização do acervo da Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul

106. R$ 400 mil: Projeto Vans do Direito da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, focado na defesa das vidas das mulheres

107. R$ 350 mil: UERGS - Centro de Referência Regional para o Desenvolvimento da Agricultura - CREDAF

/FERNANDAPSOL

(51) 98925-0864

WWW.FERNANDAPSOL.COM.BR